

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EVELINE DE OLIVEIRA

E AGORA PROFESSOR, O QUE FAZER COM A LEI Nº 10.639/2003

AGOSTO

2015

EVELINE DE OLIVEIRA

E AGORA PROFESSOR, O QUE FAZER COM A LEI Nº 10.639/2003

Trabalho de conclusão de curso de
especialização em Educação de Relações
Étnico-
Raciais, promovido pelo MEC/SECADA e
CIPEAD/NEAB-UFPR, Polo Curitiba, Turma
1.

Orientador: Professor Ms. Edilson Brito.

AGOSTO

2015

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar a efetivação da Lei 10.639/03 por meio da prática pedagógica do professor em uma determinada escola pública de educação em tempo integral da Rede Municipal de Educação do Município de Curitiba. Pautando-se na abordagem exploratória e descritiva, utilizou-se a análise documental, observação e entrevistas, sendo o trabalho dividido em três capítulos: contextualizando sobre a história dos africanos e seus descendentes no Brasil, os caminhos que a legislação percorreu até chegar na Lei 10.639/2003, e a análise de como a Lei 10.639/2003 está sendo tratada dentro de uma escola. O trabalho traz reflexões sobre as ações, postura e instrumentalização dos professores frente ao ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros, e como se dá a construção do conhecimento em relação à contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política.

Palavras-chave: Prática pedagógica. História e Cultura da África. Lei n 10.639/03.

Abstract

The main purpose of this present study is to analyze the effectuation of the Law 10.639/03 through the teachers' pedagogic practice in a particular public school with full-time period education, part of the Municipal Educational System of Curitiba County. Basing it on the exploratory and descriptive approach, we used the document analysis, observation and interviews, and this study is divided in three chapters: the approach to the history of the Africans and theirs descendants in Brazil, the ways the legislation went through to get to the Law 10.639/2003, and the analysis of how the Law 10.639/2003 in being treated within a school. This study aims to reflect on the actions, posture and instrumentalization of teachers against the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture, and how is the construction of knowledge regarding the contribution of black people in social economical and political areas.

Keywords: Pedagogical practice. African History and Culture. Law 10.639/03.

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1 – Historia dos Africanos e seus descendentes no Brasil.....	11
Capítulo 2 - Os caminhos da Lei: a legislação sobre o ensino da Historia do negro no Brasil	22
Capítulo 3 – A lei na Escola	38
3.1 – Apresentação dos dados da pesquisa.....	39
3.1.1 – Caracterização do campo de pesquisa	39
3.1.2 – Funcionários pertencentes à instituição participante	40
3.1.3 – Identificação dos participantes da pesquisa	41
3.1.4 – Observação dos espaços físicos	42
3.2 – Análise do Projeto Político Pedagógico.....	43
3.3 – Análise do Plano de Ação para trabalho com a Educação e Direitos Humanos.....	44
3.4 – Análise do problema de pesquisa	46
3.4.1 – Quanto às entrevistas realizadas com as três pedagogas	46
3.4.2 – Quanto às entrevistas realizadas com as professoras	48
3.4.3 – Observações realizadas da prática pedagógicas das professoras participantes para o ensino da Historia e Cultura da África e Afro-brasileira	58
Conclusão	67
Referenciais	70
Anexos	74

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é analisar a efetivação da Lei 10.639/03 por meio da prática pedagógica do professor em uma determinada escola pública de educação em tempo integral da Rede Municipal de Educação do Município de Curitiba.

Sendo a escola, uma instituição inserida na sociedade e portanto reprodutora das formas de se relacionar da coletividade e tendo caráter formativo, é exigível que se reconstruam concepções e práticas educativas que evidenciem a defesa e a reparação das violações dos direitos humanos de grupos historicamente excluídos.

Considerando e compreendendo a realidade vivida pelo professor dentro da escola, referida pesquisa surgiu a partir das leituras realizadas sobre o tema e de como vem ocorrendo a instrumentalização e a aplicação da prática do professor, que como um agente desmistificador de ideologias tem papel importante dentro da escola.

A escolha da escola foi determinante pelo fato de no ano de 2014, por conta dos acontecimentos de preconceito e discriminação racial no meio esportivo, onde um atleta foi discriminado e sofrido preconceito racial por ser negro¹, amplamente divulgado nos meios de comunicação, na escola houve caso idêntico no mesmo período com um menino negro, nos momentos de recreio e almoço onde aconteciam jogos de futebol, em que foi chamado de “macaco” insistentemente.

Para a tentativa de resolução do problema foram chamados os pais dos envolvidos, vítima e agressor, um para relatar o preconceito sofrido e o outro para averiguar o porquê do comportamento do aluno.

Constatou-se a fragilidade e insegurança sobre o trato com o ocorrido, primeiro que os pais do aluno que sofreram a agressão nada puderam fazer, por se tratar de menor, ficaram em dúvida sobre denunciar a situação ao Conselho Tutelar

¹ Em 2014, no jogo entre Santos e Grêmio, o goleiro Aranha, do time paulista, foi alvo de críticas racistas por parte da torcida atrás do gol. Em uma imagem flagrada pela câmera da ESPN Brasil, é possível ver uma torcedora da equipe tricolor chamando Aranha de “macaco” e outros torcedores imitando sons de macaco em direção ao atleta.

ou Delegacia ou a opção pelo silêncio, mas a dor pela situação foi fortemente perceptível e a sensação de violação da sua condição humana.

Por outro lado, os pais do agressor ficaram constrangidos, pediram para chamar o aluno e conversar com o mesmo, alegaram que no lar não há qualquer tipo de referência à discriminação ou preconceito racial, prometeram agir rigorosamente com a criança, tirando alguns privilégios como brincar de vídeo-game, passeios, etc, para repensar em suas atitudes, mas se houve o cumprimento dessa decisão é uma incógnita, pois ficou exclusivamente ao encargo da família.

Como profissional da escola, a pesquisadora ficou se questionando como essas questões de preconceito e discriminação raciais podem ainda acontecer na escola? Se por um lado a escola é reprodutora do comportamento da sociedade, por outro ela não tem o papel de quebrar paradigmas? Sendo uma escola de educação em tempo integral, não é seu papel verificar as necessidades das demandas da sociedade e atender todos os aspectos e dimensões que envolvem a formação integral do aluno? E o professor, será que sabe que há uma Lei específica para tratar desse tema? Será que está dando a devida atenção para temas tão atuais e necessários na sociedade? Como o professor se comporta frente a esses temas?

As leituras sobre os temas, o fato ocorrido e alguns dos questionamentos apontados levaram a pesquisadora a se interessar pelo assunto e verificar como o professor vem agindo dentro da escola para o trabalho com o Ensino da História e Cultura da África e afro-brasileiras.

E, para investigar como se dá a aplicação da Lei 10.639/03 numa escola de ensino fundamental por meio da prática pedagógica do professor, pelos fatos acima explicitados é que foi determinante a escolha dessa escola pública da rede municipal de Curitiba, localizada no bairro de Campo Comprido²³ com uma população

² Campo Comprido é um bairro localizado na zona oeste da cidade de Curitiba, Paraná. Sua população estimada em 2010 (IBGE) era de 28.969 habitantes. Possui área de 3,72 km².

³ As origens do bairro remontam ao tempo das sesmarias. As terras do atual bairro estariam compreendidas na antiga sesmaria de Baltazar Carrasco dos Reis, inicialmente formada por imigrantes alemães, poloneses e italianos.

economicamente ativa, de nível socioeconômico médio, possuindo muitos condomínios residenciais, casas e comércios locais.

A escola oferece educação em tempo integral, onde atende 315 (trezentas e quinze) crianças, no horário das 8 (oito) horas às 17 (dezesete) horas, de segunda à sexta, sendo ofertado além dos componentes curriculares básicos, as oficinas de práticas de acompanhamento pedagógico, ciência e tecnologia da informação e comunicação, movimento e iniciação desportiva, práticas artísticas e práticas ambientais.

O presente trabalho ficou dividido em três capítulos: no primeiro aborda-se a História dos africanos e seus descendentes no Brasil, uma vez que nossa história brasileira foi marcada por políticas de exploração, onde africanos escravizados foram obrigados a anular sua memória cultural em detrimento aos modos de vida eurocêntricos, nos quais a sociedade brasileira calcou-se.

Porém, o desejo de liberdade motivou os africanos a desenvolverem formas de resistências, dentre as quais se destacam a criação de movimentos politicamente organizados, o que resultou a um novo lugar político e social, que dentre as várias reivindicações a promulgação da Lei 10.639/2003.

O segundo capítulo trata sobre os caminhos que a legislação percorreu até chegar na Lei 10.639/2003, sendo que a educação representou para a população afro-descendente uma forma de mobilizar e inserir-se num segmento majoritário na sociedade.

No campo educacional, um dos resultados deste processo de lutas é a formulação de leis e diretrizes que obrigam o reconhecimento das contribuições dos africanos e seus descendentes para a formação do povo brasileiro

E, no terceiro capítulo se faz análise de como a Lei 10.639/2003 está sendo tratada dentro de uma escola, se há apoio das mantenedoras e instituições para corroborar com as ações dos professores frente ao ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros.

E ainda, como é a postura dos professores e como estes vem se instrumentalizando em relação a esse tema. E, se de fato está havendo alguma construção do conhecimento em relação à contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A pesquisa pautou-se na abordagem exploratória e descritiva, utilizando o uso de instrumentos como análise documental, observação e entrevistas.

Optou-se por guiar o estudo nos moldes da abordagem qualitativa, que segundo Ludke e André (1986, p. 18) concebem o estudado qualitativo como aquele “que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Para a realização da pesquisa, opta-se pela descritiva, considerando que esse tipo de pesquisa visa “descobrir a existência de associações entre variáveis”. (GIL, 1991, p. 46).

Sendo a atuação prática do professor num estabelecimento de ensino fundamental, séries iniciais, o objeto da pesquisa, acredita-se que a opção pelo tipo descritivo de pesquisa corresponde de modo mais satisfatório ao objetivo da pesquisa.

Gil, (1991, p. 46) afirma que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

O primeiro instrumento utilizado para levantamento de informações sobre o fato pesquisado foi a entrevista, pois, de acordo com Gil (1999, p.122) trata-se de um procedimento técnico, em que o investigador coloca-se frente ao investigado e lhe formula perguntas na busca por respostas a um determinado fato.

Como instrumento de coleta de dados, organizou-se um questionário que contém 18 (dezoito) perguntas abertas e fechadas e aplicado a 10 (dez) professoras

que tem como função regência⁴, corregência⁵, artes, ensino religioso e uma de prática educativa⁶, com o objetivo de obter respostas quanto ao conhecimento da Lei 10.639/2003, suas implicações e contribuições bem como a formação e postura do educador.

Também foi organizado um questionário para a Coordenação Escolar, onde 3 (três) pedagogas responderam a 17 (dezessete) questões abertas e fechadas.

É possível destacar a entrevista como uma das principais ferramentas no campo da pesquisa, pois ela contribui para uma interação entre quem estuda e o que é estudado, resultando em reciprocidade entre quem pergunta e quem responde (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33).

Outro instrumento utilizado para a coleta de dados foi a observação, sendo que Lüdke e André (1986, p. 25), ao falarem sobre a observação, afirmam que:

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Segundo Lüdke e André (1986, p. 25), por tratar-se de um ser humano seletivo, o olhar de uma pessoa pode ser diferenciado para uma determinada situação ou objeto, pois as pessoas veem de formas diferentes, fator que dependerá da história pessoal e bagagem cultural de cada um, sendo que de acordo com a formação de cada sujeito sua atenção centrar-se-á em um determinado aspecto da realidade e o desviará de outros.

No campo de pesquisa, a observação pautou-se no trabalho realizado pelo professor nos espaços da escola, em especial na sala de aula, analisando qual é a

⁴ Dentre outros atributos, é responsável em planejar e ministrar as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia previstas nos componentes básicos curriculares.

⁵ Responsável pela disciplina de Ciências e acompanhar o trabalho da professora regente em sala, dando atendimento especial aos alunos com maiores dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

⁶ Oficinas com atividades diferenciadas ofertadas aos alunos no período em que não estão tendo aulas dos componentes curriculares básicos. Essas oficinas acontecem nas escolas que ofertam educação em tempo integral.

dimensão dada ao ensino da História e cultura da África e afro-brasileiros nas turmas integrais

Os objetivos propostos nesta pesquisa são conhecer e refletir sobre a elaboração da Lei 10.639/03 e sua efetivação nas práticas docentes dos professores de determinada escola pública, buscando analisar sobre a instrumentalização do professor e sua construção de práticas pedagógicas que desmistifiquem o ensino da História africana e afro-brasileira.

Para analisar a importância do ensino da História e das culturas africanas e afro-brasileiras, busca-se pesquisa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), III Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2010), juntamente com outros autores que discutem sobre a efetivação da Lei 10.639/03 para valorização das diversidades culturais e suas produções.

1. HISTÓRIA DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

“Árvore que enverga o vento não quebra.” (Provérbio africano)

De acordo com Lima e Costa, em especial no reino de Congo, atual Angola, o sequestro de africanos era justificado primeiramente como resgate de prisioneiros de guerra, para assim os sequestradores alegarem o pagamento de resgates ao adquirirem africanos.

Esses prisioneiros eram feitos em enfrentamentos entre chefes governantes africanos que muitas vezes eram estimulados pelos traficantes, sendo a comercialização passar de pequenos números para grandes até o final do século XVI.

Inicialmente eram levados para Madeira, Açores e São Tomé, após para a América, em terras dominadas pela coroa espanhola para em seguida chegarem ao Brasil.

Os autores colocam que o Brasil foi mais vagaroso para entrar no mercado do tráfico negreiro, pois antes tentaram escravizar os índios do litoral e também pela falta de recursos para investimento inicial na atividade agrária no país.

Contudo, no século XVII os brasileiros traficaram ativamente, tendo seu auge no final do século XVIII, e somente foram cessando por volta de 1850 por pressão da Inglaterra devido a nova política econômica mundial. Os negros eram trazidos para trabalharem em canaviais e minas de ouro, como Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Para os senhores de engenho, no período de colonização, era interessante ter mão-de-obra gratuita, aumentando o seu lucro e a produção de riquezas, mesmo expropriando o trabalho de um homem. Em três anos um escravo pagava o seu valor adquirido mais as despesas diárias de sobrevivência para o senhor de engenho. E com o benefício de se tratar de um negócio legal e altamente lucrativo.

Um comerciante de escravos era muito mais rico e mais influente que um senhor de engenho.

Lima e Costa (p. 104-105) também destacam que a escravidão moderna veio associada a idéia de que escravo era o negro, de pele escura, sendo justificado religiosamente por passagens bíblicas interpretadas equivocadamente e pela a Ciência que legitimou a existência de raças humanas superiores umas às outras, por meio da Biologia.

Além do que, manter negros cativos era interessante pelo fato de um ser desenraizado, pois um homem escravo estava longe sua localização geográfica e cultura.

Assim sendo, estrategicamente, essa dita superioridade defendia a tutela das raças denominadas inferiores, que ocorria por meio da exploração inclusiva e escravidão, tendo os senhores de escravos grande interesse e vantagens, uma vez que mantinham seu poder e aumentavam suas riquezas.

Dessa forma, o processo de racialização das relações sociais, teve uma utilidade política baseada no discurso da verdade científica para legitimar o escravismo e depois o ordenamento social, ou seja, a cor, origem e aspecto das pessoas adquirem sentido político e social para criar e manter lugares sociais, ficando à mostra os lugares sociais reservados aos emancipados e suas condições de cidadania previstas (LIMA e COSTA, p. 117-120)

No período da escravidão, além de mortes e suicídios dos negros, uma das formas de resistência era a de escravos fugitivos que se organizavam em quilombos⁷, uma comunidade organizada para resistir à sociedade escravista.

O mais famoso quilombo foi o dos Palmares, fundado na Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco (hoje Alagoas), no século 17, entretanto, existiram centenas de quilombos por todo território brasileiro. Na província de São Paulo, por exemplo, um dos maiores quilombos foi o do Jabaquara, foi fundado no século XIX na serra de Cubatão.

⁷ Na África, o *kilombo*, a partir dos jagas, significa que além de ambiente de iniciação, era um acampamento militar (guerreiros imbangala),

De acordo com Lima e Costa, mesmo havendo rebeliões e protestos por parte dos negros às condições a que eram submetidos de exploração, condições de miséria e morte, tais revoltas foram sendo abafadas e dispersadas, onde a classe dominante usava “a sensação de liberdade” como válvula de escape e controle, como no caso da Lei do Ventre Livre.

O povo negro sempre sofreu grande preconceito por ter sido escravizado, criando no imaginário coletivo a idéia de um povo com grande incapacidade para agir autonomamente na sociedade, quando considerados cidadãos recém egressos. Essa nova fase da sociedade, implicava em reconhecer o outro e ser reconhecido não mais a partir da distinção entre senhor e cativo, o fim do escravismo desestabilizou a ordem que era praticada há séculos.

O perigo de subversão no decorrer do processo emancipacionista, temerado pela classe dominante, foi sendo evidenciado e remediado com artifícios paternalistas, o Brasil se alicerçou em políticas de domínio que por um lado admitiam a abolição como horizonte, mas por outro, tratavam de assegurar arranjos hierárquicos justificados por critérios sóciorraciais.

É claro que a classe dominante não queria perder o seu controle, o seu poder, sua riqueza e seu status, e assim quis e fez, uma política onde socialmente era determinando o lugar a que o povo negro depois de ser extirpado de sua terra natal, usurpado de sua força de trabalho e mantido em condições humilhantes e sub-humanas, continuasse em nossa sociedade não mais na condição de escravo, mas como um cidadão na condição de impotente, incapaz e servil, abandonado à sua própria sorte, sem um plano de reinserção social que lhe desse o direito de viver dignamente e reconstruir seu futuro de forma mais justa e humana, pelo que veio se arrastando por décadas (LIMA e COSTA).

Dentro desse contexto, durante o escravismo e pós-abolição, Pereira (2011) destaca o surgimento de organização política e social da população negra na construção da história brasileira, podendo se destacar que no período de colonização e no decorrer desses anos, a formação de quilombos em quase todo o território nacional, onde os negros, cativos fugidos, se refugiavam na tentativa de lutar contra a opressão que sofriam dos senhores colonizadores e detentores do poder, em sendo essa a principal forma de organização daquela época. Contudo,

ocorreram outras revoltas como a Revolta dos Malês (1835) ocorrida em Salvador na Bahia, após a abolição da escravidão, a Revolta da Chibata (1910), ocorrida no Rio de Janeiro cuja luta era opor-se à forma como eram tratados os marujos negros da Marinha Brasileira e encabeçada por João Cândido Felisberto.

Entre 1931-1937, surgiu uma associação em São Paulo, que além de caráter recreativo possuía forte apelo político, denominado Frente Negra Brasileira, cuja pretensão era abranger todo o território nacional em busca de uma articulação pautada no princípio de homogeneidade de direitos entre brancos e negros, que promoveu a criação de escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos, sendo em 1936 transformada em partido político, porém com a promulgação do decreto de 1937 assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, todos os partidos políticos brasileiros foram postos sob a tarimba da ilegalidade, promovendo a sua extinção (GOMES, 2005).

Durante esses anos, pode-se citar a influência e a participação do negro na mídia impressa, em especial através da imprensa paulistana, que tinha uma imprensa negra, na qual colocava ao público a vida cotidiana sobre a participação social e cultural do negro.

Destaca-se também o Teatro Experimental do Negro (TEN) que na cidade do Rio de Janeiro, esteve com as portas abertas entre os anos de 1944 a 1968 e tinha como propósito trabalhar pela valorização social do negro no País, por meio da arte, educação e cultura.

De acordo com Gomes (2005, p. 146), o TEN teve grande relevância no movimento negro, pois alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos. Oferecia aos participantes uma nova atitude para vislumbrar o seu lugar como ocupante do grupo afro-brasileiro dentro do contexto nacional, sendo enriquecedor no sentido de praticar o que se pleiteava teoricamente.

Vale ressaltar, conforme pontua Gomes, que essas organizações viveram processos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades. Mas as lutas como a não escravidão no

passado e a superação do racismo e da discriminação racial no presente, são discussões constantes na história das populações negras organizadas no Brasil.

Entretanto, com a ditadura militar instaurada no Brasil em 1964, a movimentação histórica dos negros, com em todos outros grupos, foi pressionada com fortes marcas da repressão, perseguições às formas organizativas e cassação de direitos políticos, ocasionando a saída ou recuo da cena pública,, embora, o movimento negro continuasse agindo contra a vontade do Estado autoritário.

O autor Telles (2012), também relata que no final da década de 1970, com as pressões populares por todo território nacional pelo fim do regime da ditadura militar, há uma reorganização dos movimentos sociais e novamente o movimento negro têm seu papel de destaque nessa luta por um país democrático.

No entanto, houve uma resistência intensa às demandas do movimento negro porque aparentemente essa causa ameaçava dogmas centrais do nacionalismo brasileiro, especialmente quando era defendida a ideologia da democracia racial na década de 1980.

Telles (2012) destaca que antes do fim da década de 1970, as associações de negros no Brasil tinham uma tendência culturalista e objetivos assimilacionistas e estavam engajadas em políticas clientelistas e corporativistas. Mas com o início da redemocratização, novos líderes negros dos anos 1970 e 1980, normalmente mais jovens e mais escolarizados, perseguiam a confluência de políticas raciais e de classe, enfatizando a identidade negra e denunciando sem cessar a democracia racial como mito.

Nesse cenário político e social, em 1978 é organizado o Movimento Negro Unificado (MNU), uma entidade que em nível nacional marcou a história do movimento negro, sendo uma das principais protagonistas da luta antirracista brasileira.

Em julho daquele ano, cerca de 2.000 negros se reuniram em frente ao Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra a existência de generalizada discriminação racial no Brasil.

Gomes (2005,p.141) destaca o papel das mulheres negras após os anos 70, tendo em vista que a reprodução das desigualdades de gênero vividas no interior do próprio movimento negro, fez com que as mesmas se organizassem e fundassem nos anos 80 o Movimento das Mulheres Negras.

Atualmente esse movimento articula em nível internacional e militam em comunidades-terreiro, partidos políticos, ONG's e projetos educacionais dentre outros. A questão de gênero só passou a ser pautada devido a forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras, que exercem uma luta contínua no debate com o Estado para implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a diversidade de raça e gênero.

De acordo com Telles (2012), em meados dos anos 1980, o crescente movimento negro iria começar a exercer uma certa influência no governo federal e em vários governos locais. Em resposta, alguns estados implantaram conselhos especiais sobre a condição dos negros.

O primeiro foi o Conselho da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, criado em 1984. Seu foco era fiscalizar a legislação que defendia os interesses da população negra, sugerir projetos para a Assembléia Legislativa e setores do executivo e investigar denúncias de discriminação e violência policial.

Interessante destacar que, de acordo com Silva (2007), no final dos anos da década de 1970, com início da abertura política, a educação encontrava um papel de destaque nas discussões, devido a necessidade da reavaliar e introduzir a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira com a sua real importância nos conteúdos escolares.

Essa reivindicação surgia da necessidade de colocar à luz da sociedade o registro das práticas de resistência dos negros e antepassados e a valorização afirmativa de sua cultura e história. Destaca-se que a escolarização passa somente pelo processo de leitura etnocêntrica e eurocêntrica da história difundida na escola,

e portanto havendo a desvalorização das manifestações e aspectos diversos da cultura e raízes negras.

Nesse panorama, Abdias do Nascimento, um dos maiores ativistas pelos direitos humanos no Brasil, volta ao país depois 12 anos de exílio, participando do processo de redemocratização e auxiliando a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) junto com Leonel Brizola.

Assume mandato de deputado federal, no qual apresenta o Projeto de Lei 1.332 de 1983 que dispunha sobre “ação compensatória” visando à implementação do princípio da isonomia social do negro”. Coloca em pauta a história da heróica luta dos afro-brasileiros contra a escravidão e o racismo, tanto nos quilombos como através de outros meios de resistência, na qual foi sua bandeira de luta.

Também foi autor de proposta de emenda à Constituição (PEC), a 38/97 com o objetivo de garantir às comunidades remanescentes dos quilombos os mesmos direitos fundiários assegurados às populações indígenas.

Apresentou no Senado o projeto de lei sobre ação compensatória, PL 75/97 e PL 114/97, propondo estabelecer o princípio da reparação para os descendentes de escravos e criar a ação civil pública contra atos e omissões de discriminação racial.

Como bem explicita Telles (2012), em 1985 o Presidente José Sarney, após encontro com líderes afro-brasileiros, e mesmo com hesitante apoio à democracia racial, propôs, mas nunca implementou, o Conselho Negro de Ação Compensatória, em nível federal.

No entanto, em 13 de maio de 1988, no centenário da Abolição da Escravatura, o Presidente Sarney anunciou a criação do Instituto Fundação Cultural Palmares.

Esse instituto buscava “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”.

Também tinha como meta “formular e implantar políticas públicas que têm o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura”.

Entretanto, para alguns analistas, a ênfase na cultura, não só da Fundação mas de outras atividades do movimento negro à época, forneceu uma distração das necessidades socioeconômicas dos negros em relação a emprego, educação e saúde .

Vários grupos exigiam reformas legislativas e constitucionais, especialmente para criar novos direitos para grupos historicamente menos favorecidos.

Dessa forma, uma dessas frentes foram os grupos negros que conseguiram incluir importantes leis antirracistas na Constituição de 1988, revolucionando as bases legais da defesa dos direitos humanos no país e para centenas de leis antirracistas em vários níveis jurisdicionais, como a Lei Caó de 1989⁸.

Mesmo que o Estado Brasileiro considerasse assuntos de raça marginais para as prioridades sociais na época, com o movimento negro houve a eleição de número cada vez maior de negros para postos importantes. Diferentemente do passado, autoridades negras eleitas freqüentemente reconheciam sua negritude e faziam da raça uma questão importante.

Também, líderes do movimento negro passaram a receber atenção nacional e internacional por meio de campanhas que destacavam como os negros eram as principais vítimas da pobreza e das violações dos direitos humanos, no Brasil, inclusive crianças de rua, o tráfico de mulheres e a violência proveniente do crescente tráfico de drogas

Esses líderes obtiveram apoio organizacional e profissional necessários, podendo sustentar suas estratégias antirracistas, inclusive lançando campanhas

⁸ Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza.

educativas e valendo-se da mídia para expor a persistência e perniciosidade do racismo no Brasil, inclusive a cobertura do evento a Marcha de Zumbi em 1995.

O início da década de 1990, de acordo com Telles (2012), é marcada pelo reconhecimento do racismo por vários setores da sociedade brasileira e o surgimento de pressões para que o Estado ampliasse a cidadania democrática real e os direitos humanos de sua população negra. Finalmente o governo reconhece a existência do racismo no Brasil e finda o conceito de democracia racial em nossa sociedade.

Com o fortalecimento do Movimento Negro, no mês de novembro de 1995, com as comemorações do tricentenário da morte do líder e quilombola Zumbi, diversas organizações do movimento negro brasileira realizaram na cidade de Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, contando com um público de mais de 20 mil pessoas e apoio de diversos partidos políticos de esquerda.

Tais manifestações culminaram com o pacto político pela luta antirracista, na qual surge o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial que foi entregue ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo teor apresentava análise da situação social, política, econômica e educacional da população negra no Brasil, exigindo em contrapartida um posicionamento do governo brasileiro frente a essas questões.

O GTI foi encarregado de gerar propostas para a inclusão dos negros na sociedade brasileira, e estas ideias foram publicadas em um documento de 72 páginas.

Mas o governo não criou um grupo ou mecanismo semelhante para a viabilização dessas ideias e alguns ministros tentaram boicotar a implementação das recomendações do GTI.

A possibilidade de políticas do tipo ação afirmativa foi debatida no Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo financiado pelo Ministério da Justiça e sancionado pelo Presidente Cardoso em 1996.

Ainda em 1996, o Presidente Cardoso criou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, que recomendava objetivos de curto, médio e longo prazo para mulheres, pessoas com deficiências físicas, povos indígenas e pessoas negras.

Em curto prazo, o Programa previa o estudo de políticas públicas que valorizassem os negros. Em médio prazo, buscava “desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.” E a longo prazo, os objetivos eram de cancelar todas as leis discriminatórias, desenvolver políticas e regulamentações que buscassem combater a discriminação racial e formular “políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra” (TELLES, 2012).

Porém, até 2001, menos de dois anos antes do fim do segundo mandato do Presidente, muitos dos objetivos do Plano ainda não tinham sido implementados, pois dependia que seus companheiros políticos planejassem e apoiassem essa iniciativa.

Mesmo com a resistência do governo federal em implementar políticas em grande escala para o combate das desigualdades raciais e a discriminação, de 1995 a 1999, vários setores da sociedade brasileira começaram a desenvolver um conjunto limitado de políticas de ação afirmativa, inclusive iniciativas promovidas por governos locais progressistas e projetos piloto de variado alcance promovidos pelo governo e pelo setor privado. (TELLES, 2012)

O governo federal só foi ativo nos anos de 1990 no que se refere ao seu apoio explícito à comunidade negra, permitindo o reconhecimento das históricas comunidades negras rurais ou os quilombos. O reconhecimento dos quilombos seguiu o precedente da demarcação de terras indígenas.

Mesmo sendo apoiada a cotas para negros no trabalho e nas vagas universitárias, leis de ação afirmativa em nível federal têm sido proteladas no Congresso Nacional, sendo especialmente lento na sua legislação. ´

Pode-se observar que a luta histórica a qual a população negra enfrentou desde sua libertação da escravidão sempre foi árdua, percorrendo uma trajetória

que foi pelo reconhecimento da cidadania, sua identidade e cultura até a conquista das necessidades básicas como: saúde, educação, moradia e iguais oportunidades e que se estende até os dias atuais.

Importante ressaltar que os movimentos negros nunca esmoreceram com todas as dificuldades e barreiras impostas e vislumbraram na educação uma oportunidade de amenizar a exclusão social e diminuição da pobreza.

Reivindicaram estratégias políticas de ação afirmativa para a integração dos afro-descendentes, na qual pode-se observar no capítulo seguinte os caminhos que levaram a criação da Lei 10.639/2003, numa das tentativas de correção dos efeitos danosos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil a que os antecedentes dessa parcela da população foi submetida.

2. Os caminhos da Lei: a legislação sobre o ensino da História do negro no Brasil

“Se quiser ir rápido, vá sozinho, se quiser ir longe vá acompanhado.”
(Provérbio africano)

No decorrer desse contexto, Telles (2012) aponta que o movimento negro expressa uma nova marca de organização adentrando no campo da luta pelas políticas públicas de ação afirmativa, também conhecidas como políticas de raça e aclamadas nas duas marchas que celebram os 10 anos da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo e intituladas Zumbi + 10, vez que exatamente uma década após a primeira marcha, buscou analisar qual a reação e ações do governo brasileiro, bem como de seus entes federados, diante da situação racial no País, além dos avanços ou retrocessos que se processaram no campo da luta antirracista, em especial no que tange à educação.

Em 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul, houve uma das maiores conquistas do movimento negro, que esteve presente na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde os questões relacionadas à temática e as formas de racismo, preconceito e discriminação foram amplamente discutidos. Destaca-se que precedendo a Conferência de Durban, no Brasil houveram as pré-conferências estaduais que culminaram com a realização da Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, em junho de 2001, no Rio de Janeiro, onde é proposto que as áreas de educação e mercado de trabalho sejam as principais áreas para a aplicação dessas ações.

Segundo Gomes (2005, p. 143) essa proposta se dá:

[...] Reforçada pelas pesquisas oficiais realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Henriques, 2001), as quais subsidiaram o debate realizado na 3ª Conferência de

Durban, a denúncia da educação como um setor que contribui para a construção de um quadro de desigualdades raciais visualizada pelas primeiras associações negras e suas lutas em prol da educação dos negros no século XIX e demandada publicamente pelo Movimento Negro no século XX ganha agora contornos políticos nacionais e internacionais no século XXI. Passa finalmente a fazer parte da agenda política e do compromisso do Estado brasileiro com todos os avanços e as contradições possíveis.

Dessa forma, nos anos seguintes às conferências supracitadas, agora sob a administração do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se um aprofundamento dos debates acerca das questões raciais, sendo criada a instituição da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) em 2003 e no ano seguinte, adjunta ao Ministério da Educação, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), abrindo caminho para a criação de mecanismos legais de proteção, valorização, educação racial e proposição do trabalho oficial da história dos negros e o reconhecimento de sua importância para a contribuição da nossa sociedade brasileira.

Mesmo que na legislação brasileira as manifestações racistas sejam caracterizadas como crime, a realidade mostra por meio dos números que não há igualdade de direitos, acesso e permanência na escola e no mercado de trabalho quando comparados entre negros e brancos.

De acordo com Telles (2012), a exclusão social descreve bem nossa sociedade, pois um terço dos brasileiros vive na pobreza e a maioria não é branca, desmistificando a ideia positiva da mistura racial.

Também concluiu por meio de dados estatísticos oficiais sobre raça no Brasil e uma série de medidas socioeconômicas que o desenvolvimento social coincide com a composição racial em nosso país, ou seja, os estados com população predominantemente branca são mais desenvolvidos, especialmente localizados na

região Sul e Sudeste, enquanto os estados com população predominantemente não-branca possuem baixos índices de desenvolvimento humano⁹.

E ainda quanto à exclusão social¹⁰ em nosso país descreve que os espaços sociais nos quais as pessoas negras enfrentam desvantagens distintas são o mercado de trabalho, casamentos e relações raciais com a polícia, enquanto nos lugares onde a raça faz pouca diferença, como na religião, lazer e amizades são mais mediáveis essa socialização.

Dessa forma, foi e é necessário que o Estado reconheça as desigualdades que devem ser corrigidas por meio de ações contundentes, seja de modo paliativo como a política de cotas, ou por meio de legislação específica, como a Lei 10.639/2006.

A necessidade dessas políticas específicas para a população negra brasileira perpassam todos os campos, sejam sociais, econômicas, educacionais dentre outros.

São chamadas de políticas afirmativas, tendo em vista a urgência da afirmação diante da negação velada ou explícita dos direitos à dignidade humana da população negra brasileira ao longo da história do Brasil.

Como afirma Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006)

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (p. 186).

Pode-se destacar que a busca pelo reconhecimento de direitos com relação à discriminação racial ocorreu desde a libertação dos escravos, mas foi intensificada em dois grandes momentos da história do século XX como já dito anteriormente,

⁹ O índice de desenvolvimento humano mede o desenvolvimento em termos de saúde e de educação, englobando níveis de alfabetização, expectativa de vida e mortalidade infantil.

¹⁰ Exclusão, ou exclusão social, refere-se à “falta de integração social que se manifesta através de regras que limitam o acesso de grupos particulares ou pessoas aos recursos ou aos direitos de cidadania

com a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995) e a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001).

A Conferência Mundial em Durban gerou otimismo entre os líderes do movimento negro brasileiro, as promessas feitas pelo governo brasileiro, que incluíam a implementação de políticas de ação afirmativa, eram sem precedentes.

Em 5 de setembro de 2001, o governo brasileiro parecia seguir o rumo certo ao anunciar um programa de ação afirmativa em larga escala com base no fator racial. O governo brasileiro inesperadamente criou cotas raciais, apesar de uma quase inexistente discussão sobre elas, surpreendendo a opinião pública.

No campo educacional, um dos resultados deste processo de lutas é a formulação de leis e diretrizes que obrigam o reconhecimento das contribuições de africanos e indígenas para a formação do povo brasileiro.

Mesmo com a promulgação da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases, e a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação sobre a diversidade étnico-cultural não obteve o devido espaço no fazer escolar.

Diante deste cenário surgiu a Lei 10.639/2003, exigindo modificações no sistema de educação que durante séculos reprimiu as diferenças étnico-raciais e culturais no espaço escolar.

Essa lei é uma das medidas afirmativas que visam combater as desigualdades sociais brasileiras e práticas da promoção de igualdade racial, pertinente à Educação das Relações Étnico-Raciais.

Em 2003 é sancionada a Lei Federal nº 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, e legitima a obrigatoriedade do ensino da cultura Afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil, sendo regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, ambos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais mecanismos regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais, no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras. Referida Lei surge para que fosse efetivamente assegurado o direito aos cidadãos negros pela igualdade de condições de vida e cidadania e pelo direito às histórias e culturas que compõem nossa nação brasileira, exigindo modificações no sistema de educação que durante séculos reprimiu as diferenças étnico-raciais e culturais no espaço escolar.

E, em 2009 é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares brasileiras.

De acordo como Parecer CNE/CP 003/2004 que trata sobre essa Lei, há necessidade da formulação de projetos educacionais empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos e o comprometimento com a educação das relações étnico-raciais de forma positiva.

A população afrodescendente necessita de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, tendo em vista os danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista bem como pelas políticas de branqueamento da população, da manutenção de privilégios exclusivos de grupos com poder de governar e influir na formulação de políticas no pós-abolição e também o combate ao racismo e toda forma de discriminações.

Salienta o parecer sobre as condições materiais das escolas e formação de professores, ou seja condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e aprendizagem, articulando os processos educativos escolares, com políticas públicas e movimentos sociais, que envolvam a escola e toda a comunidade.

Ressalta o parecer que a escola tem papel fundamental para a emancipação de grupos discriminados quando proporciona acesso ao conhecimento científico e culturas diferenciadas, não cabendo o improvisado.

No Estado do Paraná, o processo de implementação da Lei 10.639/2003 e outros dispositivos legais que tornam obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram amparadas pela Deliberação 04/2006 do Conselho Estadual de Educação – CEE, que prevê normas complementares para as citadas Diretrizes Curriculares.

Também para que a legislação fosse ampliada nas escolas da Rede Pública Estadual, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência da Educação-SUED, expediu a Instrução nº 017/2006 SUED/SEED. Dentre seus objetivos, encontra-se o de apoiar a efetivação da Deliberação 04/2006-CEE. A Instrução prevê a criação de Equipes Multidisciplinares:

“que poderá envolver a direção, equipe pedagógica, professores/as e funcionários, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do ano letivo” (PARANÁ/SEED, 2006).

Dentro desta perspectiva de uma escola de qualidade e inclusiva, as ações da Secretaria de Educação do Estado do Paraná para a Educação das Relações Étnico-Raciais estão pautadas em duas esferas de atuação: políticas afirmativas e ações formativas com discussões para aquisição de um aporte teórico direcionado à prática pedagógica, pautadas no reconhecimento de se educar para as relações étnico-raciais no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Educação entende ser necessário a formação continuada dos professores, diretores, equipe pedagógica e administrativa e demais funcionários da escola, por meio de Simpósios, Encontros, Seminários, Grupo de Estudos e oficinas; a produção e distribuição de material Didático Pedagógico (Cadernos Temáticos) e parcerias com outras Secretarias Estaduais e Municipais, com a APP-Sindicato, Movimentos Sociais Negros e Articulação de Negros/as Educadores/as do Paraná, nas quais se juntam esforços para propor, bem como atuar nas políticas públicas afirmativas da demanda na educação escolar paranaense.

A obrigatoriedade da inserção - em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira - dos conteúdos de “História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana” e, por conseguinte, no projeto político-pedagógico de cada instituição de ensino, levou a SEED, a partir de 2003, a buscar parceria com a APP-Sindicato no intuito de criar uma comissão com a finalidade de acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas da Rede Estadual de Educação.

De acordo com Castro (2008), as ações formativas e políticas afirmativas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED no que diz respeito à implementação da legislação específica nos últimos anos caminharam no sentido de proporcionar espaços de diálogo, vivências e conhecimento entre diversos sujeitos que compõem a sociedade paranaense.

Nesta trajetória, entende-se que os esforços para se efetivar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana perpassa pela formação continuada dos professores e pelo comprometimento do Estado em efetivar ações que imprimam novos olhares acerca das relações étnico-raciais.

O caminho estende-se desde a percepção da sua importância no contexto histórico brasileiro ao estudo aprofundado da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, até as possibilidades de se trabalhar esses conteúdos no currículo escolar.

Castro (2008) diz que a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, necessita, ainda, ser ampliada para uma melhor compreensão dos seus fundamentos e da inserção dos seus conteúdos na prática pedagógica escolar.

Desta forma, contribuir para formação docente no sentido de trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, não sob o prisma do exótico e do folclórico, mas como uma construção humana plena de significados é de vital importância para a promoção da igualdade na diversidade, representa um dos vetores das políticas afirmativas e formativas no Estado do Paraná.

No Município de Curitiba, a Secretaria Municipal de Educação tem como documentos norteadores os aqui mencionados, e ainda com a contribuição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2008) que tem como um dos objetivos fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas portadoras de necessidades especiais, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos.

E em especial para a Lei 10639/2003, no que tange às disposições legais da Deliberação CEE/n.º 04/06, em seu artigo 8.º onde diz

cada unidade escolar/instituição deverá compor equipe interdisciplinar que estará encarregada da supervisão e desenvolvimento de ações que deem conta da aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas por esta Deliberação ao longo do período letivo e não apenas em datas festivas, pontuais, deslocadas do cotidiano da escola.

E seu parágrafo segundo: As Instituições de Ensino, tanto públicas como privadas, providenciarão o arquivamento em local apropriado da escola, do relatório das ações desenvolvidas por seus estabelecimentos/instituições, no cumprimento do que preceitua a presente Deliberação”

Assim, para a implementação da lei objeto desta pesquisa, em 2006 foi designada a Comissão de Educação e Diversidade Étnico-Racial com atividades até 2010, sendo renomeada para Comissão de Educação Étnico Racial e de Gênero nos anos de 2011/12; Comissão de Educação e Diversidade em 2013/14 e em 2015 para Comissão de Educação e Direitos Humanos, cujo propósito é coordenar com outras questões temáticas como história indígena, de gênero, orientação sexual, política para as mulheres dentre outras, o ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira.

Mais especificamente analisar-se-á a Comissão Interna de Educação e Direitos Humanos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, criada pela portaria n. 17, onde é composta por membros dos Núcleos Regionais de Educação, Departamentos e Coordenadorias cuja tarefa é orientar, acompanhar, fomentar e garantir ações por meio de uma segunda Comissão criada dentro das instituições escolares, por meio da portaria no. 18 onde se destaca no seu artigo 3º:

a. Articular e promover nos seus locais de trabalho, junto com a comissão local e a equipe gestora da escola, ações que envolvam todos os segmentos da comunidade escolar (responsáveis, profissionais da educação, estudantes), de enfrentamento ao preconceito e a discriminação relacionado a diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual e outros temas de educação em direitos humanos.

b. Divulgar eventos, materiais e pesquisas que contribuam para o respeito e valorização da diversidade humana.

c. Acompanhar a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 nas escolas.

d. Participar das reuniões organizadas pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

e. Elaborar plano de ação, com a participação dos profissionais da escola, voltado ao respeito e a não discriminação étnico-racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

A Comissão de Educação e Direitos Humanos da Rede Municipal de Ensino, no ano de 2015, está sendo coordenado por uma equipe da secretaria municipal de educação denominada Educação em Direitos Humanos, onde foram realizadas reuniões para a discussão das mudanças que estão ocorrendo na sociedade, as atribuições dos representantes da comissão da escola, orientações sobre a elaboração do plano de ação em cada escola, necessidade do repasse do conteúdo dessas reuniões para os demais profissionais da escola, divulgação de eventos, encontros, cursos e materiais que contemplem as temáticas, e outras ações previstas e pertinentes à Comissão, com apresentação das ações desenvolvidas pela unidade escolar nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação com envio de relatório anual para essa equipe responsável.

Além dessas comissões já atuantes, nesse ano, foi proposta a criação do Primeiro Plano Municipal de Educação, atendendo o disposto do Plano Nacional de Educação, para orientar políticas e estratégias na área, além de previsões de prazos e recursos financeiros a serem aplicados na consolidação das metas.

O plano foi discutido e debatido durante a Conferência Municipal da Educação promovida pelo Fórum Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Educação, encerrado no dia 17/05/2015 e aguardando aprovação da Câmara e trâmites legais para seu vigor.

Entre os eixos definidos e discutidos, destaca-se Educação e Direitos Humanos que irá compor referido plano.

Importante aqui colocar que a Secretaria Municipal de Educação vem fomentando cursos de formação continuada de professores para o tema em questão, vejamos no quadro 01, abaixo, a oferta para o ano de 2015:

A Educação das relações étnico-raciais na educação infantil
Participantes: Professores de educação infantil, professores de CMEIs e CEIs conveniados
Ação educativa no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR
Participantes: Professores de 4.º e 5.º anos e pedagogos
A literatura e suas mil faces
Participantes: Professores de Língua Portuguesa do 6.º ao 9.º ano e pedagogos de NREs e de escolas
II ciclo de palestras – Educação e diversidade
Participantes: Professores do 6.º ao 9.º ano (que atuam com o componente curricular de Geografia, História e Ensino Religioso) e pedagogos
Educação e diversidades I: questões conceituais e metodológicas
Participantes: Professores do 1.º ao 9.º ano que nunca fizeram cursos sobre a temática
Educação e diversidades – Aprofundamento: história e cultura africana e afro-brasileira
Participantes: Professores do 1.º ao 9.º ano e pedagogos que já realizaram formação em temáticas relacionadas às diversidades
Formação da Comissão de Educação e Diversidades da RME e SME
Participantes: Representantes da Comissão de Educação e Diversidades da RME e SME
Formação da Comissão Interna de Educação e Diversidades da SME
Participantes: Representantes da Comissão de Educação e Diversidades da SME

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Comissão de Educação e Direitos Humanos

A Secretaria Municipal de Educação entende ser necessário que o poder público faça o diagnóstico e análise acerca das desigualdades educacionais, verificando suas causas e a interseccionalidade de raça/etnia, gênero, identidade de gênero, para realizar intervenções qualitativas e oferecer instrumentos e condições de promoção e efetivação dos direitos já consolidados na legislação.

Um diagnóstico na perspectiva da educação em direitos humanos pressupõe os princípios da transversalidade e da interseccionalidade, retirando dados fundamentais para diagnosticar quais grupos necessitam de políticas públicas de equidade.

Colocando à luz o que de senso comum conhecem, dados do censo demográfico (IBGE 2010) apontam várias desigualdades entre a população curitibana no que se refere a cor ou raça, nos quais destaca-se alguns itens importantes da sociedade como por exemplo a desvantagem para as mulheres, em especial pretas e pardas, e para a população preta e parda, reforçando que o objetivo desse trabalho se refere a essa questão

Cor ou raça	Sexo	
	Homens	Mulheres
Branca	2.784,29	1.813,68
Preta	2.306,25	1.040,86
Amarela	3.426,97	2.302,95
Parda	1.679,11	1.027,83
Indígena	2.237,81	1.652,32

Quadro 02 - Valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça ou sexo, em Curitiba – 2010.

Os dados do quadro 03 demonstram a desigualdade racial na ocupação dos espaços na cidade de Curitiba quando evidencia que há uma grande concentração de população preta e parda, 33,7%, que mora em áreas de aglomerados subnormais, entendendo-se aqui como um conjunto de unidades habitacionais (barracos ou casas...) carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais, em ocupações irregulares, desordenadas e densas.

Cor ou raça	%
Branca	7,4
Preta	15,8

Amarela	3,2
Parda	17,9
Indígena	14,5

Quadro 03 – Percentual de pessoas que residem em áreas de aglomerados subnormais, por cor ou raça, em Curitiba – 2010.

No quadro 04 nota-se que 9,6% das mulheres pretas do Município de Curitiba concluem o ensino superior, comparado a 24,2% de mulheres brancas. Já comparados os dados entre homens brancos e pretos, a diferença é ainda maior em relação ao ensino superior.

NIVEL DE INSTRUÇÃO	COR OU RAÇA X SEXO				
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA
	feminino	feminino	feminino	feminino	feminino
Sem instrução e fundamental incompleto	9,9	13,1	9,5	20,4	22,0
Fundamental completo e médio incompleto	15,3	25,0	14,9	24,5	49,5
Médio completo e superior incompleto	50,6	52,3	45,5	45,0	285
Superior completo	24,2	9,6	30,1	10,0	0,0
NIVEL DE INSTRUÇÃO	masculino	masculino	masculino	masculino	masculino
	12,9	23,7	8,7	23,2	37,0
Fundamental completo e médio incompleto	17,4	29,6	11,1	27,2	10,2
Médio completo e superior incompleto	50,9	42,0	56,0	43,4	52,8
Superior completo	18,8	4,7	24,1	6,3	0,0

Quadro 04 – Grau de escolaridade, segundo a cor ou raça ou sexo, em Curitiba – 2010.

Ao analisarmos os dados podemos nos questionar se o recorte racial sobre a trajetória escolar pode levar a essa diferença? E o que pensarmos sobre questões econômicas e sociais básicas elencadas anteriormente?

É fundamental que as discussões sobre a valorização das diversidades extrapolem o espaço escolar, uma vez que esta é uma tarefa de toda a sociedade e do Estado, que precisam garantir as condições para a materialização da justiça social.

Pode-se afirmar consistentemente que são urgentes e necessárias intervenções políticas que contribuam para a transformação social na perspectiva da reparação das desigualdades produzidas historicamente.

Mais uma vez ressalta-se que em todas as esferas de poderes, seja por meio de legislação específica e, ou designações executivas educacionais destacam que os sistemas de ensino, a coordenação pedagógica dos estabelecimentos e professores devem estabelecer conteúdos de ensino, grupos de estudos, projetos e programas que abranjam os diferentes componentes curriculares.

Além disso, a administração dos sistemas de ensino e suas mantenedoras devem proverem as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos e acompanhar os trabalhos desenvolvidos.

Destacam que os conteúdos não sejam abordados de maneira resumida, incompleta ou com erros, responsabilizando-se esses sistemas por acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e seus descendentes para a construção da nação brasileira.

Quanto aos professores, se faz necessária em sua formação inicial e continuada a capacitação para compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial e percepção para criar estratégias pedagógicas numa reeducação da diversidade, de forma positiva, nas relações entre os grupos na sua heterogeneidade, para que se haja respeito, postura, atitudes e palavras dignas de reconhecimento e pertencimento a nossa sociedade.

Somente com uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas da realidade brasileira, é que se poderá combater o racismo e as discriminações que atingem em especial os negros.

Surge a necessidade de se educar cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, sejam estes descendentes de africanos, de indígenas, de europeus ou asiáticos, para integrarem uma nação democrática em que todos tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Como bem pontua Munanga (2012), todos nós somos envolvidos por uma identidade nacional brasileira e que nela perpassam outras identidades nessa formação, seja classe, sexo, religião, etnia, idade, raça, etc.

Assim somos um país multiculturalista, ou seja, mais de uma cultura, uma comunidade e dentre elas está a cultura afro-brasileira, distinguida aqui como identidade afro-brasileira ou negra, que não se constitui biologicamente, apenas pela cor de pele, mas sim abrangendo conceitos sócio-históricos.

O autor afirma que se identificar como negro hoje é muito mais que um ato político, porque provém da luta da comunidade negra, resultante de um fator constitutivo histórico para a criação de uma identidade coletiva, que muito lutou para que seu passado não fosse destruído da consciência histórica nacional, ficando apenas as marcas da escravidão e colonização na construção do imaginário coletivo de nossa sociedade.

A identidade coletiva é um processo de crescimento e construção social, onde temos novas entidades coletivas: política, religiosa, etc., e assim somos perpassados por uma pluralidade de identidades coletivas que dependendo do contexto relacional se expressam mais fortes que as outras.

Dessa forma, ressalta que são os mais fracos que precisam se mobilizar para defender sua existência, daí a razão de ser de suas identidades coletivas com um discurso com conteúdo e finalidade políticas, visando às mudanças na sociedade, envolvendo todas as classes sociais, religiões, sexo e que são vítimas da discriminação e exclusão racial.

No processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma

verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. (Munanga, 2012)

Para isso, a escola deve abordar a História da África e do negro no Brasil com novas posturas epistemológicas, rompendo a visão depreciativa do negro, para ser visto como sujeito da história e não objeto, participativo na construção da cultura e do povo brasileiro, e que ainda forneçam subsídios de qualidade capazes de auxiliar no processo de identidade. Ressalta ainda:

Primeiro é preciso formar os educadores, porque eles receberam uma educação eurocêntrica. A África e os povos indígenas eram deixados de lado. A história do negro no Brasil não terminou com a abolição dos escravos. Não é apenas de sofrimento, mas de contribuição para a sociedade. (Munanga, 2004)

Ou seja, a verdadeira história dos negros mal a conhecemos, pois ela foi contada do ponto de vista do “outro”, de maneira depreciativa e negativa. Se faz essencial contá-la sem distorções e falsificações.

Ainda nos livros didáticos há uma predisposição a hierarquia racial, hipervalorização de tradições européias e desvalorização de aspectos da cultura de matriz africana.

Precisa-se romper com a atual formação escolar educacional e cultural que trazem informações simplórias sobre o passado afro e que foram sistematicamente negadas ou substituídas por informações estereotipadas, negando as descobertas das riquezas, da pluralidade, dos valores, do desenvolvimento tecnológico, do alto desenvolvimento social e aspectos civilizatórios de nossos antepassados africanos da diáspora.

E ainda, que os professores tenham uma formação inicial e continuada na perspectiva do multiculturalismo crítico.

É importante que os professores tenham conhecimento sobre as pesquisas brasileiras a respeito das desigualdades raciais, tanto para modificarem suas concepções, como para operarem a desconstrução do

mito da democracia racial e fornecerem subsídios a seus alunos para a análise crítica das desigualdades do país. (SILVA, 2007, p. 21)

Silva (2007) aponta a necessidade de estabelecer “lugares de memória” e alfabetização da diáspora sobre o passado afro, possibilitando ao alunado brasileiro o reconhecimento à diversidade e complexidade do continente africano e as profundas contribuições das populações africana à humanidade.

Como já explicitado, é de suma importância que as instituições educacionais promovam ações de enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação, incorporando essas temáticas aos currículos, formação inicial e continuada dos profissionais de educação, materiais didáticos e pedagógicos, projetos político-pedagógicos, gestão escolar e cultura organizacional, em todos os níveis e modalidades de ensino público e privado.

Com o propósito de perceber como a escola vem se organizando frente a essas questões, no próximo capítulo se verá em específico apenas uma escola da rede municipal de Curitiba, considerando diante do que foi exposto a educação como um processo de socialização de saberes, crenças e valores bem como formação integral do educando.

Além de como vem acontecendo essa desconstrução das ideologias impostas e de estereótipos com novas formas de pensar e apresentar a cultura e história dos negros para as crianças, para que se conquiste a equidade social que tanto a população deseja.

3. A lei na Escola

“Conhecimento é outro nome para força.” (Provérbio africano)

A pesquisa tem o objetivo de analisar a efetivação da Lei 10.639/03 por meio da prática pedagógica do professor em uma escola pública de educação em tempo integral da Rede Municipal de Educação do Município de Curitiba, no bairro do Campo Comprido, pautada na abordagem exploratória e descritiva, utilizando os instrumentos de análise documental, observação e entrevistas.

Para a coleta de dados foram organizados dois questionários sob a premissa do conhecimento e aplicação da Lei 10.639/2003, sendo um com 18 (dezoito) perguntas abertas e fechadas aplicado a 10 (dez) professoras atuantes nas funções de regência, corregência, artes, ensino religioso e uma de prática educativa. O segundo para a Coordenação Escolar, onde 3 (três) pedagogas responderam a 17 (dezessete) questões abertas e fechadas.

A aplicação de tais instrumentos ocorreu conforme quadro abaixo:

ATIVIDADES	DURAÇÃO
Apresentação da proposta da pesquisa	2 horas
Observação em sala de aula	32 horas (durante quatro meses)
Entrevista com professoras	5 horas
Entrevista com pedagogas	3 horas
Levantamento de dados para caracterização da escola	4 horas
Análise do plano de ação de Educação e Direitos Humanos e Projeto Político Pedagógico	8 horas

QUADRO 05 – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

No processo de construção de dados para caracterização do campo de pesquisa verificou-se quantidade e faixa etária dos alunos que frequentam a instituição participante da pesquisa, as turmas existentes, quantidade e função dos funcionários pertencentes à instituição.

Apontam-se também os dados sobre o assunto pesquisado no Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação do projeto de Educação e Direitos Humanos

apresentado pela instituição participante da pesquisa, observando o que consta nos documentos e o que é aplicado em sala de aula.

3.1 Apresentação dos dados da pesquisa

Por meio dos instrumentos utilizados para a coleta de dados, elencam-se informações sobre a caracterização do campo de pesquisa e dos espaços, da quantidade e função dos funcionários; do que é posto no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação do projeto de Educação e Direitos Humanos; das observações em sala de aula e entrevistas realizadas com dez professoras e três pedagogas durante o período integral da escola.

3.1.1 Caracterização do campo de pesquisa

O campo utilizado para pesquisa foi uma escola da rede pública de ensino de Curitiba, estado do Paraná, localizada no bairro de Campo Comprido, como dito anteriormente, com uma população economicamente ativa, de nível socioeconômico médio, possuindo muitos condomínios residenciais, casas e comércios locais, que atende a Educação Básica, ofertando educação em tempo integral, atualmente na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A escola oferta educação em tempo integral, ou seja, os alunos iniciam suas aulas às 8 (oito) horas e saem às 17 (dezessete) horas, tendo uma hora de intervalo para o almoço e média de 30 (minutos) por período para lanche e recreio.

Sendo organizada em ciclos: Ciclo I, *continuum* curricular de dois ou três anos, atendendo crianças de seis a oito anos, de acordo com legislação em vigor; Ciclo II, *continuum* curricular com duração de dois anos, correspondendo à faixa etária de nove e dez anos; e ofertadas oficinas nas práticas ambientais, artísticas, de Iniciação Desportiva e Movimento, Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação e Acompanhamento Pedagógico.

Totaliza-se 315 (trezentos e quinze) crianças distribuídas em 20 (vinte) turmas no total, que durante três horas e trinta minutos realizam estudos sobre os componentes curriculares básicos e três horas e trinta minutos nas oficinas das práticas educativas que oferecem atividades variadas na perspectiva de uma educação integral do educando.



Foto 1: Fachada do prédio onde se realizam aulas dos Componentes Curriculares Básicos



Foto 2: Fachada do prédio onde se realizam Oficinas das práticas de educação em tempo integral

3.1.2 Funcionários pertencentes à instituição participante

No que se refere aos funcionários pertencentes à instituição participante da pesquisa, a organização se dá da seguinte forma:

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Professoras regentes do Ensino Fundamental	10
Professoras de Ciências e correção	6
Professores de Educação Física	2
Professoras atuando em Artes	2
Professoras atuando em Ensino Religioso	2
Professores atuando nas práticas de Educação Integral	16
Professoras atuando como apoio	1

QUADRO 6 - DA EQUIPE DOCENTE

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Diretora	1
Vice-diretora	1
Pedagogas	4
Articuladora Pedagógica	1

QUADRO 7 - EQUIPE PEDAGÓGICA ADMINISTRATIVA

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Assistente Administrativo	3
Apoio Escolar	1
Inspetores	1
Funcionários Da Empresa Auxiliar De Serviços	5
Funcionários Da Risotolândia	4

QUADRO 8 - DOS FUNCIONÁRIOS

A instituição possui um quadro com 60 funcionários, os quais estão distribuídos nas seguintes funções: Equipe docente; Equipe pedagógica administrativa; Apoio administrativo; Apoio escolar e Funcionários terceirizados.

3.1.3 Identificação dos participantes da pesquisa

As professoras participantes da pesquisa e pertencentes à instituição totalizam dez, na faixa etária entre 25 e 56 anos, na sua maioria com formação acadêmica na área de Pedagogia, variando entre início e final de carreira, atuando nas funções de regência, corregência, ensino religioso, artes, e uma prática educativa.

IDADE E SEXO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	ATUAL FUNÇÃO
Entre 25 a 30 anos Feminino	3	Pedagogia	9 anos/ 4 anos e 3 anos	Prática educativa / Regentes de 3º. E 5º. Ano / regente de 1º. E 2º. ano
Entre 31 a 35 anos Feminino	3	Duas Pedagogia e uma superior completo	2 anos / 10 anos e 1 ano	Regente de 4º. Ano / regente de 4º. Ano e regente de 1º. ano
Entre 41 a	2	Superior completo e Artes	22 e 25 anos	Arte e Práticas

45 anos		Visuais		Artísticas
Feminino				
Mais de 46 anos	2	Artes e Pedagogia	31 anos / 25 anos	Ensino Religioso / Ciências e Acompanhamento Pedagógico
Feminino				

QUADRO 9 - DOS PROFESSORES PARTICPANTES DA PESQUISA

As pedagogas estão entre a faixa etária de 33 a 46 anos, com formação em Pedagogia e tempo de serviço acima dos 10 anos.

	IDADE/SEXO	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
Pedagoga "A"	36 – F	Pedagogia	15
Pedagoga "B"	46 – F	Pedagogia	25
Pedagoga "C"	33 – F	Pedagogia	10

TABELA 8 - DAS PEDAGOGAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.1.4 Observação dos espaços físicos

Quanto à estrutura física, a escola conta com uma construção subdividida em duas áreas, sendo que a primeira ora em fase de reforma geral, acomodando sala da direção, sala da equipe pedagógica, secretaria, sala dos professores, sala de informática, cinco salas de aula onde são ofertadas as aulas dos componentes básico curriculares, e três banheiros, sendo um para professoras e funcionárias, um para meninos e um para meninas.

Na segunda área há um prédio com três andares, onde é ofertado as aulas de extensão, com oficinas para as práticas de Educação Integral, sendo o primeiro piso destinado à prática de Iniciação Desportiva e Movimento, com dois banheiros e mochilário, a segunda refeitório, cozinha, almoxarifado e duas salas de aula com um banheiro cada, e o último andar quatro salas e um banheiro para meninos e outro

para meninas, com acesso por escada caracol, não sendo adaptado para cadeirantes ou com necessidades especiais.

Há ainda uma quadra não coberta destinada à prática de Educação Física, dois parquinhos pequenos e o pátio escolar.

3.2 Análise do Projeto Político Pedagógico

Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP, 2007, p. 18), a organização dos tempos escolares e Ensino Fundamental são em forma de ciclos de aprendizagens, onde diz que:

Nos Ciclos o aluno deve receber estimulação bastante variável e enriquecedora afim de que atinja as condições necessárias para desempenhar-se autonomamente. Para tanto o trabalho pedagógico deve considerar todos os aspectos que compõem a multiplicidade humana, ou seja, os aspectos biológicos, sociais, geográficos, culturais, antropológicos e políticos, elegendo o processo de construção do conhecimento com eixo central (PPP, 2007, p. 18).

A organização dos conteúdos escolares segue os princípios norteadores conforme as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal da Educação (SME), que são: Educação para o desenvolvimento sustentável; Educação pela Filosofia e Gestão democrática do processo pedagógico; e assim o processo de ensino aprendizagem das crianças ocorre de forma coletiva e individual, sempre orientado por profissionais de Docência I¹¹ e II¹² da Secretaria Municipal de Curitiba.

O Projeto Político Pedagógico da escola está fundamentado numa perspectiva crítica social voltada à formação do cidadão, pautada nos princípios políticos, éticos, estéticos humanos, na realidade social e global, possibilitando uma reavaliação crítica dos conteúdos, sendo que se acredita que a aprendizagem significativa está relacionada à possibilidade de os alunos participarem do

¹¹ Professores formados em sua maioria na graduação de Pedagogica, Ensino Superior.

¹² Professores formados na graduação de Licenciatura em Educação Física.

aprendizado por múltiplos caminhos e formas, usando diversos meios e modos de expressão, tendo o professor como mediador do saber, ajudando o aluno a relacionar as experiências anteriores a vivências pessoais; formular e resolver problemas, provocando modificações de comportamento.

Na estruturação do Projeto Político Pedagógico são descritos concepções e objetivos de cada disciplina do Ensino Fundamental I¹³, como ciências, matemática, artes, ensino religioso, educação física e língua portuguesa.

Entretanto, destaca-se aqui que há apenas um parágrafo quando se refere a oferta de educação em tempo integral, apenas citando quais são as práticas educativas atuantes, sem quaisquer maiores ressalvas.

Quanto à avaliação, o PPP preve uma avaliação sistemática e contínua, tendo como principal objetivo a melhoria da ação pedagógica, utilizando como instrumentos a observação e registros sistemáticos do desempenho dos educandos, podendo ser em forma de relatórios diários.

A equipe pedagógico administrativa relata que ao longo dos últimos dois anos, a Secretaria Municipal de Educação vem promovendo encontros, palestras e seminários no sentido das escolas reestruturarem o projeto político pedagógico de acordo com suas necessidades e especificidades da comunidade ao seu entorno, previsto para ser concretizado até 2016.

3.3 Análise do Plano de Ação para trabalho com a Educação e Direitos Humanos

O plano de ação é formulado anualmente, após a designação da Comissão representante da escola para referido assunto, sendo nesse ano de 2015 composto por uma pedagoga e uma professora regente, ambas lotadas nos dois períodos.

¹³ Refere-se aos anos iniciais: 1º. Ao 5º. Ano.

Essa comissão é criada conforme portaria da Secretária Municipal de Educação, que previamente designou uma Comissão Interna de Núcleos, Departamentos e Coordenadorias que tem como proposição fomentar, auxiliar, subsidiar e avaliar a comissão da escola.

Tais medidas visam atender o disposto no Conselho Nacional de Educação CNE/CP 03/2004 e Deliberação 04/2006 do Conselho Estadual de Educação.

A proposta da escola para o plano de ação, de acordo com o seu entendimento, surge diante da falta de informação e do preconceito que tem sido considerado os principais fatores de intolerância que influenciam no relacionamento entre as pessoas no tocante ao com a diversidade de origens e orientação sexual.

Tendo como objetivo a diversidade étnico-cultural valorizar a cultura afrodescendente e indígena e demais culturas dos povos formadores da cultura brasileira, reconhecendo a sua presença de forma positiva nos diversos segmentos da sociedade.

E mais precisamente à História e Cultura africana e afro-brasileira identificar a presença da marca africana na literatura, na música, na culinária, na arquitetura, na linguística, na criatividade, na forma de viver, de pensar, de dançar, de rezar na atualidade e cotidiano de nossa sociedade.

Em referido plano, a metodologia empregada no processo de ensino e aprendizagem deve privilegiar o uso de exposição de fotografias, filmes, músicas, material didático, visitas e passeios e palestras com convidados sobre a temática

Também ressalva a necessidade de trabalhar a temática num processo interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento escolar como arte, história, geografia, língua e demais práticas ofertadas na escola.

Destaca ainda que os trabalhos realizados no prédio onde acontecem as aulas dos componentes curriculares básicos serão desenvolvidos de acordo com o

currículo; e oficinas do complexo com a exposição de trabalhos organizados em espaços da escola.

3.4 Análise do problema de pesquisa

Com o objetivo de clarificar como se dá a prática do professor para a efetivação da Lei 10.639/2003 na mencionada escola, evidenciam-se os seguintes resultados.

3.4.1 Quanto às entrevistas realizadas com as três pedagogas

Na instituição escolhida para campo de pesquisa, realizou-se uma entrevista semiestruturada com as três pedagogas que expressaram os seguintes preceitos sobre as questões referentes ao tema de estudo:

As três concordam ser relevante a criação da Lei 10.639/2003, tendo em vista a necessidade de trabalhar com os fatos históricos numa percepção crítica e suas implicações na atualidade, além de valorizar aspectos sociais e culturais antes menosprezados pela escola.

Apenas uma declarou conhecer a Comissão de Educação em Direitos Humanos implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, as demais apenas tem superficial conhecimento ou porque participaram de algum curso de formação, como no caso de uma pedagoga que participou da Cultura Indígena ou pelas informações gerais circulantes na escola, mas não de maneira sistematizada e organizada.

Quanto a existência ou construção de um projeto didático para o trabalho do ensino da História e Cultura afro-brasileira e da África declaram que está ocorrendo

na escola, entendendo que deve ser ampliado no currículo institucional, trazendo fatos e orientações diferentes das até então trazidas no currículo tradicional.

Em relação a metodologia utilizada para aplicação desses conteúdos as pedagogas relatam que não é interessante serem aplicadas em atividades pontuais, descoladas do currículo, mas sim devendo-se ampliar a reflexão dentro desses conteúdos, utilizando recursos audiovisuais, material literário e pesquisa.

Colocam que não há muito material didático disponível na escola para que se realize um trabalho crítico reflexivo sobre o resgate da História e Cultura da África e afro-brasileira, precisando haver muita pesquisa por parte das pedagogas e professores.

Sobre os cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação referente ao tema, duas participaram de um curso e a outra afirma não haver tido oportunidade até o momento.

Questionadas se já observaram algum caso de racismo dentro da escola duas afirmaram positivamente e outro relatou nunca ter observado, uma delas pontua que fica mais evidente nos momentos de raiva durante desavenças entre as crianças.

Quando pede qual a percepção em relação a mudança de comportamento dentro da escola quanto ao respeito pela diversidade étnico-racial todas entendem positivamente ser necessário esse trabalho para oportunizar reflexões e construção de novas consciências.

Entendem que para haver uma mudança de comportamento, mesmo que de forma lenta, há a necessidade de se incorporar na vida e relações sociais e culturais dos estudantes e suas famílias.

Conforme colocado pelas pedagogas percebe-se que há dificuldade em realizar um planejamento ou ação que ponha em prática efetiva o ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros, uma vez que as profissionais não tem o devido conhecimento sobre o tema, baseando-se nos conhecimentos que tiveram durante sua vida escolar e acadêmica, e sem uma formação continuada específica,

pois uma está fazendo seu primeiro curso sobre História Indígena e outra participou de um Seminário com apresentação de projetos realizados por outra escola sobre o tema.

Também nota-se a falta de material didático e de apoio fornecido pelas mantenedoras, onde as mesmas relatam que é preciso partir da pesquisa individual de cada profissional, seja pedagoga ou professora, para tentar realizar um planejamento adequado para o conteúdo.

Os livros didáticos são pouco usados, pois ainda trazem a história predominantemente europeia, onde em geral os negros ainda são vistos de forma negativa, sem grande contribuição crítica e reflexiva da nossa história.

De forma ampla, ainda não estão totalmente seguras de como abordar a História da África e dos descendentes brasileiros com as demais professoras, necessitando de mais aporte teórico e didático.

Contudo, em linhas gerais, estão engajadas em buscar alternativas e propor ações nas quais as questões étnico-raciais sejam objetos de estudo, afirmam que nas horas de orientação com seus professores buscam a reflexão e encorajamento para que haja uma contribuição no sentido de desmistificar o que foi falado até hoje, buscando uma reconstrução dos saberes para uma mudança de atitude, entendimento e comportamento por parte dos profissionais e alunos da escola.

3.4.2 Quanto às entrevistas realizadas com as professoras

De forma a analisar o que as professoras entendem sobre como deve ser trabalhado o ensino da História e Cultura da África e Afro-brasileira, foi realizada uma entrevista semiestruturada.

A entrevista é concebida como uma das ferramentas mais importantes no campo da pesquisa, cujo objetivo foi verificar os fatos pertinentes ao objeto deste trabalho, de forma mais eficaz e coerente.

Das dez entrevistadas, três professoras negaram conhecer a Lei

10.639/2003, sem poder considerar sua relevância social.

As seis restantes afirmam conhecer a lei, porém 4 entendem a importância da criação dessa lei levando em conta as perdas sociais históricas dos negros e a valorização da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

E três professoras afirmam conhecer a Lei, mas colocam a importância da mesma apenas no aspecto cultural, julgando que dessa forma o preconceito diminua.

Todas as professoras relatam que é importante trabalhar com todas as culturas e etnias que compõem a nação brasileira, não deixando que apenas uma se sobressaia.

Em relação a Comissão de Educação e Direitos Humanos implantado pela Secretaria Municipal de Educação, oito negaram o seu conhecimento, uma afirmou saber da sua existência mas de maneira equivocada, afirmando ser um órgão que garante a participação da sociedade na gestão da educação municipal. E a última disse saber da Comissão e que sua existência é para fomentar o trabalho do ensino da História e Cultura da África e afro-brasileiros na escola.

Questionadas sobre se na sua instituição há algum projeto didático para a efetivação da Lei 10.639 sete responderam não ou não terem conhecimento. Uma respondeu que sim, outra que sim e ficou responsável por pesquisar diferentes aspectos da cultura desde às brincadeiras até personalidades influentes e a última alega não ter certeza mas acredita que há uma comissão para esse fim.

Quando perguntadas se em sua vivência pedagógica, com que frequência é explorado o trabalho com o Ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira as respostas foram as seguintes:

Professora 1	É relacionado ao conteúdo de história (trimestral) onde exploramos várias culturas e também no projeto de novembro sobre consciência negra.
Professora 2	Não trabalho.

Professora 3	Sou professora de Ensino Religioso e como trabalhamos diversidade de religiões, entramos no conteúdo da cultura afro-brasileira com muita frequência, quase todas as aulas.
Professora 4	Esse conteúdo é trabalhado de maneira interdisciplinar com um olhar mais direcionado à diversidade cultural, não sendo especificamente voltado a história afro e afro-brasileira.
Professora 5	Não trabalho.
Professora 6	Em arte sim, já criei um projeto de Arte com duração de 1 semestre e foi muito enriquecedor inclusive para mim.
Professora 7	No trabalho com a Arte, algumas vezes, exploro o tema para significar a contribuição da cultura negra para a arte brasileira.
Professora 8	Sim, quando solicitado.
Professora 9	Quando vejo que está no conteúdo.
Professora 10	Conforme surge o conteúdo a ser trabalhado, em especial na disciplina de História.

QUADRO 11 - PROFESSORAS E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A seguir, é relatado pelas professoras como entendem que deve ser trabalhado o ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira:

Professora 1	Deve ser trabalhado da mesma forma como abordamos todas as culturas, não é necessário, dentro da escola uma data específica para o trabalho, pois todas as culturas tem sua importância.
Professora 2	Acredito que grande parte do racismo vem da forma como é colocada as pessoas, deve ser passada de uma forma natural como em qualquer outro assunto.
Professora 3	Falando que “todos” somos descendentes, pois vieram os escravos na época do engenho.

Professora 4	É preciso que os alunos entendam e reconheçam a importância do povo negro em nossa história e em nossa identidade cultural hoje. Por isso esse conteúdo deve ser trabalhado com riqueza de material e através de projetos semestrais/anuais.
Professora 5	Entendo que o professor deve ser preparado com cursos.
Professora 6	Existem muitas formas e recursos, cabe ao professor identificar a mais adequada.
Professora 7	Deve ser trabalhado de forma a ressaltar a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados sujeitos históricos.
Professora 8	De maneira mais natural possível, para não reforçar ainda mais o preconceito.
Professora 9	Uma metodologia que seja adequada para a situação.
Professora 10	Acredito ser importante trabalhar esses conteúdos de forma a resgatar a história dos negros e valorizar sua cultura, mostrando porque nossa sociedade é atualmente assim e porque os negros são discriminados.

QUADRO 12 – PROFESSORAS E ENTENDIMENTO DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA

Em sua prática pedagógica, qual é a metodologia utilizada para aplicação dos conteúdos relativos ao ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira?

Professora 1	Como trabalho com 1º. E 2º. Anos, utilizo livros infantis, lendas, exemplos de brincadeiras, relacionando similaridades com a nossa cultura.
Professora 2	Não aplico o conteúdo.
Professora 3	Como a influência africana é forte, a metodologia que utilizo no Ensino Religioso é que nossa cultura tem que aceitar e conhecer antes de criticar algo.
Professora 4	Como o foco está na diversidade, as aulas costumam ser desenvolvidas

	através de diálogos com a turma, observações de imagens/vídeos, confecção de cartazes, discussão de situações cotidianas envolvendo a diversidade, etc.
Professora 5	Sem resposta
Professora 6	Em Arte adoto a metodologia triangular, que além da apreciação e do fazer do aluno, há a contextualização histórica.
Professora 7	Uma metodologia que proponha a ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.
Professora 8	Iniciar com um documentário, seguido de uma roda de conversa.
Professora 9	Livros infantis.
Professora 10	A maioria dos textos que encontramos nos livros didáticos são muito pejorativos, então sempre faço a reflexão em cima dos textos e vamos conversando sobre como essas questões refletiram e se apresentam atualmente na sociedade.

QUADRO 13 – PROFESSORAS E SUA METODOLOGIA

Sobre a ocorrência de orientação pedagógica para esse trabalho específico foi perguntado como e com que frequência acontece, sendo que quatro responderam que não recebem orientação. Outra não recebe porque não trabalha especificamente com História.

Positivamente, uma professora respondeu que recebe uma vez por ano, três que recebem sempre que solicitado ou quando especificamente está no conteúdo

Interessante aqui destacar o relato de uma professora em relação a orientação pedagógica e sua insegurança em como realizar o trabalho objeto desta pesquisa na escola:

“Não, se for considerar toda a complexidade e a riqueza da cultura afro e afro-brasileira, considero que não possuo conhecimentos a altura de tal trabalho. O que trabalho nas aulas vem de pesquisas na internet, materiais pedagógicos disponíveis na escola e textos e imagens para estudo com apoio no livro didático.”

Nenhuma das dez professoras participou de qualquer curso de capacitação sobre o tema promovido pela Secretaria Municipal de Educação, ressaltando que o curso é gratuito e no horário de hora atividade do professor.

Ao final, pede-se a opinião da professora sobre sua percepção quanto a ocorrência de mudança de comportamento dentro da escola em relação ao respeito pela diversidade étnico-racial, senão vejamos:

Professora 1	No trabalho que desenvolvi com as lendas e brincadeiras, as crianças ficaram curiosas, mas não percebi mudanças pelo menos sempre os vi brincando juntos e se dando bem.
Professora 2	Sim. A sociedade geralmente quer pessoas de mesmo “padrão”, brancas, sem deficiência e quando aparece o diferente “vem” o racismo e o preconceito.
Professora 3	A escola e professores estão fazendo sua parte, mas o problema é que algumas vezes escola e família não falam a mesma coisa, por isso não vi uma mudança de comportamento pela diversidade étnico-racial.
Professora 4	Acredito que uma mudança de comportamento vai além do trabalho pedagógico realizado na escola, contudo, acredito também que este é um trabalho de extrema importância para a sociedade em que vivemos hoje, e, que o aluno quando tem oportunidade de vivenciar práticas que valorizam a diversidade cultural do nosso país dentro da escola, é com certeza um aluno com grande potencial de cidadania no futuro.
Professora 5	Sem opinião.
Professora 6	Com certeza, quando se conhece a história e os porquês é mais fácil que o respeito apareça.
Professora 7	Sim. Ainda não aprendemos a respeitar e afirmamos que não somos preconceituosos até uma situação muito pontual acontecer com a gente. Quando oferecemos, por exemplo, o tal lápis “cor de pele” que não passa de um rosa pálido mais condizente com a pele de um porquinho. Onde estariam os lápis marrons, negros, amarelos, pardos, vermelhos e

	crioulos?
Professora 8	Sim. Porque todos se respeitam, não demonstrando preconceito por ninguém
Professora 9	Acho que aos poucos o respeito vai se fortalecendo.
Professora 10	Acredito que é necessário essa nova atualização, vamos dizer, da história dos negros, devendo haver valorização deles e respeito de todos.

QUADRO 14 – OPINIÃO DA PROFESSORA EM RELAÇÃO A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO PELA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.

Analisando os dados fornecidos pelas professoras, pode-se constatar que a maioria das professoras diz conhecer a Lei 10.639/2003 e sua importância para a sociedade, contudo elas estão muito presas ao seu conhecimento escolar e acadêmico, que infelizmente não traz elementos necessários para entender a importância do resgate histórico e social dos negros, para que seja compreendido porque estes vivem na desigualdade social existente hoje.

Mesmo dizendo que conhecem a Lei, ainda estão equivocadas quando entendem que é somente na disciplina de História que se priorize esse conteúdo, quando na verdade se dá preferência às disciplinas de Literatura, Artes e História brasileira, mas que pode ser trabalhado em outras disciplinas também.

Entendem, a maioria, que trabalhar referida temática está presa somente aos aspectos culturais ou até a abolição da escravidão, relegando a história da África e dos afro-brasileiros, não permitindo que os alunos possam ter acesso a essas informações tão relevantes que desmistificariam a construção coletiva negativa do negro em nossa sociedade.

É necessário que todos conheçam a real história dos negros, desde seu sequestro na África até sua libertação, formação de movimentos pela conquista de seus direitos, a falta de reparação pelos danos causados sejam psicológicos, sociais ou culturais, a desmistificação da tutela de raças dentre tantos outros pontos importantes que desfazem a imagem de que apenas os negros sofreram, mas que

contribuíram significativamente para a construção da nossa nação.

Se faz urgente e necessário que a história seja contada do ponto de vista do negro, não mais do Outro, aqui europeu, para que percebam que as desigualdade sociais tem um porquê que não se limita a cor da pele, mas relações de domínio e manutenção de poder e riqueza.

A maioria alega falta de orientação pedagógica e material disponível para um bom trabalho. Mas orientação não significa entregar tudo pronto. Como fica a questão da autonomia do profissional, seu comprometimento e sua capacidade pesquisadora?

Também oito afirmaram não conhecer a Comissão de Educação e Direitos Humanos, portanto, entende-se que em nenhum momento houve uma discussão coletiva sobre o tema e sua proposta dentro da escola.

Constata-se que mesmo diante de toda insegurança, dificuldade e falta de instrumentalização conforme podemos vislumbrar pelas respostas acima, bem como pela afirmação de sete professoras de já terem presenciado casos de racismo na escola, nenhuma delas realizou sequer um curso sobre o tema específico.

Subjetivamente, a maioria das professoras não demonstra grande interesse sobre o tema, uma vez que estão sempre preocupadas com as disciplinas que consideram mais importante: Língua Portuguesa e Matemática. Note-se que todas entendem ser importante o trabalho com esse conteúdo, porém fica em segundo plano.

Como fica a questão da formação integral do educando, será que apenas ministrando disciplinas de língua portuguesa e matemática exaustivamente, deixando de lado outras áreas não menos importantes, se fará a construção de cidadania, ética, valores e posicionamento crítico? Por que não articular todas essas áreas, tão necessárias para o crescimento pessoal do ser humano e ainda pô-las em prática nas demandas sociais e tão presentes na vida das crianças?

Mesmo considerando e compreendendo a realidade vivida pelo professor dentro da escola, MUNANGA (2005 – P.5) é firme em dizer que os professores, na

sua maioria, “praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos””.

Na realidade dever-se-iam ter uma atitude responsável em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral.

Também o autor coloca que todo professor deveria ajudar o aluno discriminado a assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, principalmente por ter crescido com uma ideia negativa de sua natureza humana.

É preciso que o professor entenda o quanto é importante e necessário o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra, seja qual for a ascendência étnica de seu aluno, entendendo que mesmo com condições desiguais nas quais se desenvolvem os segmentos étnicos, cada um contribuiu de alguma maneira na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Como coloca Silva (2005), devemos analisar se a questão do racismo brasileiro camuflado pelo mito da “democracia racial” está consolidado dentro do espaço escolar, que é essencialmente branco, e, portanto racialmente excludente em seu discurso e suas práticas pedagógicas cotidianas.

A luta contra o racismo é complexa, mas não há dúvida de que é vital a transformação de comportamento e atitude dos professores, porque só assim será possível que a educação contribua no processo de construção da democracia brasileira.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (Munanga, 2005, p. 8)

Gomes (2005) entende que na educação seja necessária a discussão teórica mas também a adoção de práticas concretas. Como por exemplo, construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal, para uma mudança de valores

“uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os limites que o outro me impõe, é saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores.”
(GOMES, p. 150)

O professor precisa ter autonomia, mas quando se refere a questão racial, transpassa muito mais do que a dita autonomia em sala de aula como liberdade de escolha em qual metodologia utilizar, discutir ou não certas temáticas, usa de sua autoridade, entre outros.

Essa autonomia está ligada a atuação dessa profissional quanto a sua postura ética diante da diversidade étnico-cultural e de suas diferentes manifestações dentro da escola.

Ou seja, autonomia não significa ser livre para fazer o que se quer, mas realizar práticas pedagógicas orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras.

Então não basta apenas ter o conhecimento de “Pluralidade Cultural”, ou analisarmos o material didático, ou discutirmos sobre as questões curriculares presentes na escola se não tocarmos de maneira séria no campo dos valores, das representações sobre o negro, que professores(as) e alunos(as) negros, mestiços e brancos possuem. (...) Caso contrário, continuaremos acreditando que a implementação está ocorrendo. (GOMES, p.152)

E ainda, de acordo com Amâncio (2008, p. 34)

“[...] com uma prática pedagógica pautada em simples contribuições do indígena e do africano, alimentando o tradicional olhar exótico sobre ambos, o qual os reduz a meros produtores culturais de danças, artesanato, comidas e

diferentes dialetos. Quanto a reflexão histórica, esta permanece vinculada ao legado português e aos grandes feitos dos heróis lusitanos do século XVI AO XIX.”

É de suma importância que a efetivação de políticas educacionais que comportem a pluralidade étnica e cultural realmente sejam aplicadas no espaço escolar com um planejamento forte, crítico e reflexivo.

E ainda permita que o corpo docente tenha uma maior instrumentalização para realização do seu trabalho, de forma a quebrar os laços com a forma de ensino baseado em visões eurocêntricas e estereotipadas.

Contudo é importante também que os professores assumam uma postura de protagonistas desse processo de transição de práticas que não respondem mais aos desejos e anseios para uma sociedade mais justa, igual e democrática.

Mas que assumam a responsabilidade de seu papel dentro da escola e da sociedade, se tornando pesquisadores como sua profissão requer, quebrando paradigmas e mitos com inovações pedagógicas que não dependam apenas de uma determinação legal ou administrativa, e sim cientes de sua importância para a formação de novas gerações onde se haja respeito, tolerância e comunhão com todas as etnias.

3.4.3 Observações realizadas da prática pedagógica de algumas professoras para o ensino da História e Cultura da África e Afro-brasileiros

Conforme dito anteriormente, a instituição participante da pesquisa está realizando um Plano de Ação em Educação e Direitos Humanos, no qual deverá ser desenvolvido ao longo do ano, para apresentação final de Seminário previsto para novembro desse ano.

Será aqui descrito o que foi especificamente desenvolvido para as relações étnico-raciais, em especial os negros. São relatadas as atividades mais significativas na escola.

Um dos trabalhos desenvolvidos de forma interessante a explorar a cultura da África, mas não de maneira isolada, tendo em vista que foi introduzida diversas culturas do ocidente, oriente e tribal, realizou-se nas aulas da Oficina de Práticas Artísticas¹⁴ que abordou o Teatro de Máscaras, onde um dos objetivos era desenvolver formas de representação pessoal com liberdade, imprimindo marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais das artes cênicas.

Observou-se que foi realizada boa pesquisa sobre teatro de máscaras identificando os elementos constitutivos das máscaras de diferentes culturas e suas inúmeras funções.

Os alunos dos 3º e 4º anos criaram e construíram suas próprias máscaras, sendo que a turma do 3ºB demonstrou um grande interesse sobre as máscaras tribais durante o trabalho. Para a construção das suas máscaras utilizaram tinta guache. Vale ressaltar que mesmo não sendo uma proposta de autorretrato, muitas crianças imprimiram muitas características pessoais nas máscaras.

Os alunos dos 4º anos optaram em construir suas máscaras tridimensionalmente com jornal e fita crepe. Após a construção, utilizaram as máscaras para pequenas improvisações.



Foto 3: Alunos do 3º. Ano com suas máscaras



Foto 4: alunos do 4º. Ano esboçando sua máscara

¹⁴ Oficina oferecida aos alunos para desenvolvimento de atividades diferenciadas na extensão do período integral. Mesmo que acompanhe os eixos norteadores das Diretrizes Curriculares não é a disciplina obrigatória conhecida como Artes.



Foto 5.: alunos do 4º. Ano iniciando a construção tridimensional das máscaras



Foto 6: Máscaras tridimensionais finalizadas

Também na mesma oficina, com alunos do 5º. Ano, foi proposta a atividade do Teatro de Sombras e Dramaturgia

Interessante mencionar nesse trabalho que iniciou-se sobre a reflexão das características pessoais para a construção do outro, o personagem. Para tanto fizeram autorretratos através de pintura com têmpera guache e listaram seus gostos e suas características psicológicas. Os autorretratos foram utilizados para uma prática teatral, onde as crianças construíram uma realidade física para transmitir mensagens à plateia.

Fato curioso foi quando exposto as várias tintas de guache os alunos não sabiam como pintar sua cor de pele, qual tinta utilizar, no qual a professora encorajou-os a misturar as tintas até conseguirem um tom aproximado, sendo um momento de experimentação, reflexão e observação dos alunos quanto as suas características, com a opinião dos demais colegas auxiliando no resultado final.



Foto 7: Momento de criação dos alunos do 5º. Ano

Foto 8: Alguns autorretratos com tinta guache

Em um trabalho com a professora da Oficina de Acompanhamento Pedagógico, com a turma do 4º. Ano, observou-se uma sequência didática intitulada “Somos todos iguais”. Foram realizadas pesquisas em livros e internet; debates; interpretação de texto; roda de conversa; elaboração de letra de música; estudo de biografias e elaboração textual.

Grande ênfase foi dada ao Presidente do Tribunal Federal do Brasil, durante o exercício de 2012 a 2014, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, sobre sua história e carreira profissional.

O objetivo desse trabalho era a diversidade étnico racial; respeito; tolerância; além de conteúdos da Língua Portuguesa como relação oralidade e escrita; sinais de pontuação; argumentação; expansão de ideias; sequência lógica; ampliação vocabular e leitura e interpretação de textos.

A sequência didática foi interessante para os alunos, sendo o seu desenvolvimento muito rico em pesquisa e discussão de ideias, o que ampliou os conhecimentos de todos.

Ao final da sequência, utilizaram a letra do RAP construído para fazer uma apresentação para toda a escola, sendo muito bem representada.



Fotos 9 e 10: alunos se preparando para a apresentação da música na escola

Letra do Rap: Respeitar pra ser respeitado¹⁵

Nós queremos mandar um recado de irmão

Precisamos respeitar toda e qualquer nação

Aprendendo a tolerar sem discriminação

]Somos todos iguais sem nenhuma exceção

Devemos ter atitudes de muito respeito

Carinho e amor sem nenhum preconceito

Não fazer para os outros o que não quer pra você

E esta lição todos devem aprender

Não à intolerância

Não ao preconceito

Não a toda arrogância

E a todo desrespeito

Nossos exemplos vêm de alguns anos atrás

Poderiam ser muitos mas esses são os tais:

Luther King primeiro com seus sonhos reais

O Mandela amado, perseguido, encarcerado

Venceu tudo e todos e morreu aclamado

Joaquim (Barbosa) vem depois nosso herói brasileiro

Destacou-se, chegou alto, como os irmãos estrangeiros

Obama agora está no topo faceiro

Comanda a nação mais poderosa do mundo inteiro.

¹⁵ Letra de música construída a partir de várias pesquisas realizadas pelos alunos do 4º. ano, podendo conter algumas inspirações de outros autores)

Na Oficina de Iniciação Desportiva e Movimento, está se iniciando o projeto de Dança, onde será abordada as diversas formas de dança da cultura brasileira, nas danças estão presentes histórias, costumes, e a cultura de povos. Nas danças populares não se objetivam a representação e nem a existência de plateia, nelas todos se inserem de alguma forma, mesmo aqueles que estão em volta das formações, não se objetivam também formar coreografias perfeitas, movimentos idênticos, o objetivo maior destas danças é manifestar a cultura e modo de pensar de povos, além de trazer alegria para quem participa das danças e também para quem observa.

Aqui destaca-se que uma das danças a serem exploradas será o Samba, onde as crianças já estão conhecendo os instrumentos musicais básicos.



Fotos 11: instrumentos utilizados para aula



Foto 12: alunos do 1º. ano experimentando e conhecendo os instrumentos.

Em relação às demais aulas não foi observado nada significativo para o Ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros. Para o trabalho com a disciplina de História, de acordo com os componentes curriculares, foi praticamente utilizado os livros didáticos disponíveis em sala.

Para os 5º. anos, as pedagogas orientaram que a partir do segundo semestre se trabalhe as regiões quilombolas, explorando principalmente Curitiba e grande

região. Também foi indicado que entrando no conteúdo do Tropeirismo fizessem referências às contribuições dadas pelos índios e negros nas construções de pontes, estradas e vilas no Paraná. Isso dependerá do trabalho de pesquisa das professoras e pedagogas.

Nas observações não foi constatado o uso de algum tipo de literatura infantil que retratasse as questões étnico-culturais.

Observou-se mais o trabalho com questões culturais do que histórico-sócio-econômicas dos negros, contudo trazendo novas informações não estereotipadas, como por exemplo máscaras das culturas ocidentais, orientais e tribais, trabalhando, mesmo de forma inconsciente, sobre a característica de cada eu com os autorretratos ou trazendo elementos da cultura negra na dança.

Analisar biografias de afro-brasileiros em destaque, debates e reflexões, contribuem para uma pequena parte da construção desse conhecimento, envolvendo bastante os alunos no encerramento do trabalho com a produção e apresentação de música feita por eles ao restante da escola.

Outra questão observada, ao menos não está sendo trabalhado o tema da velha forma tradicional e folclórica como ocorria antes, onde se limitavam às questões como comidas e vestuário, colocando o negro na perspectiva de uma visão exótica. Claro que são importantes essas contribuições, podem e devem continuar a serem trabalhadas, mas com uma nova caracterização, mais contextualizada e que seja embasada na história sob a ótica dos descendentes dos escravos.

Durante esse semestre, desde a vigência do plano de ação mencionado, não foi observada nenhuma visita de organizações do Movimento Negro ou qualquer instituição que tratasse do tema.

De forma lenta e tateando caminhos, os professores que dispõem-se a realizar um bom trabalho, vão tentando ampliar e construir o conhecimento dos educandos sobre a contribuição dos negros para a formação da identidade brasileira.

Mas ainda necessita de um trabalho mais pontual sobre a atual situação de desigualdade de acesso aos bens sociais, como educação, saúde, habitação, em que tais grupos se encontram, em especial com os alunos do quarto e quinto anos.

Em relação aos livros didáticos, Munanga (2005), afirma que muitos apresentam a história da população negra apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. É necessário fazer uma análise crítica dos textos e ilustrações que estão estereotipadas nos livros no momento da escolha desses materiais.

Conforme Silva P.B relata, em se tratando das Africanidades Brasileiras, é preciso que os professores combatam os seus próprios preconceitos, superando sua ignorância relativamente à história e à cultura dos brasileiros descendentes de africanos.

É preciso um esforço para conhecer, sob a perspectiva dos afro-brasileiros, da problemática sócio-econômica e étnico-racial que enfrentam. Sua história a partir das vivências que têm sofrido e construído ao longo da participação dos antepassados escravizados e de seus descendentes na vida da sociedade brasileira.

E, ainda, que os professores organizem seus planos de trabalho entendendo que o que for aprendido só tem sentido quando o aprendiz executa tarefas, ou seja, aprende-se mais quando se vivência do que somente quando se fala.

Pontua ser importante a busca de fontes genuínas das Africanidades Brasileiras, levando ao convívio com a comunidade negra, ao cultivo da memória da experiência de ser descendentes de africanos no Brasil, ao intercâmbio com grupos do Movimento Negro, à familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam entender a realidade das relações interétnicas em nosso país.(SILVA, P.B, p.170)

Também partilha dessa idéia, Gomes (2005, p. 156), quando entende ser ideal que com a participação dos movimentos negros, Ong's e a comunidade pudessem realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas

podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultural.

Refletindo sobre o papel da escola, principalmente por ser uma escola em tempo integral que tem como proposta a formação integral da criança em todas as suas dimensões, a Educação e as relações étnico-raciais dependem de maior acesso e disposição dos docentes às informações e conhecimento.

Ressalta-se a necessidade que as mantenedoras e órgãos responsáveis disponibilizem materiais didáticos de boa qualidade para as escolas e haja uma articulação maior entre escola e comunidade, em especial sobre as questões étnico-raciais, com maior participação desses movimentos na escola.

CONCLUSÃO

A partir da análise sobre o trabalho elaborado na referida escola, pode-se constatar que há uma construção, por parte da maioria dos profissionais de educação quanto à nova postura para o trabalho do Ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira, porém de forma lenta e não sistematizada.

A escola pública é um ambiente que acolhe a comunidade, a família e o aluno de uma sociedade, como a brasileira, com inúmeros problemas sociais, tais como, violência, discriminação, preconceito, pobreza, falta de atividades de cultura e lazer etc..

Dessa forma, é de extrema importância que os professores tenham o conhecimento necessário sobre o porquê da atual conjuntura da nossa sociedade em todos os seus aspectos.

Não há como os professores verem a educação como algo ainda fragmentado em disciplinas a cumprir. É necessário repensar na educação de forma articulada.

Assim, justifica-se que a educação em tempo integral venha preencher essas lacunas deficientes e assim, buscar garantir uma formação integrante e integradora da criança à sociedade, desenvolvendo, repita-se novamente, além dos aspectos cognitivos, os afetivos, motor e social.

Eis a importância de trabalhar temas como a diversidade, em especial as relações étnico-raciais dentro do contexto escolar, atendendo as demandas da sociedade para a busca de soluções e novas posturas de comportamento pela premissa de igualdade de oportunidades, equidade social e direitos de todos os indivíduos.

Entretanto, para a construção de um espaço pedagógico em que as diversidades precisam ser respeitadas, é importante a reflexão crítica, conscientização e sensibilidade por parte dos professores acerca da legislação brasileira e da história dos negros, sem melindres e desvestindo-se de padrões já

incorporados, uma vez que estes são agentes atuantes do processo de quebra de paradigmas e reconstrução de novas ideologias condizentes com valores mais humanos.

Assim, o professor tem papel fundamental para o rompimento de barreiras e ideais eurocêntricos, sendo ele um dos protagonistas da escola, um espaço múltiplo de saberes e de significação de ideologias.

Para tanto, é necessário que o professor busque formação continuada e queira abordar os problemas referentes às questões étnico-raciais que existem na sociedade de forma clara, planejada e organizada.

O professor sendo o pesquisador que deve ser por sua profissão precisa buscar novas informações e conhecimentos para realizar um trabalho de qualidade, se instrumentalizando para um fazer pedagógico atuante e desmistificador das relações até então estabelecidas em nossa sociedade.

Certamente que o professor precisa do apoio da escola e das instituições mantenedoras, onde essas discussões devem ser constantemente fomentadas, mas não esperar apenas que os caminhos cheguem até ele, devendo ter autonomia e comprometimento para essa busca.

Importante pontuar que o trabalho sobre o tema não deve ser descolado do currículo e das propostas pedagógicas, e que o plano de ação esteja integrado a esses documentos citados, devendo haver uma antecipação e previsão de atividades que sejam propostas para o trabalho com o tema pelas professoras.

Como sugestão, os órgãos responsáveis poderiam propor palestras estendida a todos os professores, de forma mais profunda sobre o tema, nas ocasiões em que ocorre a Semana de Estudos Pedagógicos.

Ressaltando que, em especial, nas escolas onde é ofertado a educação em tempo integral, o trabalho pedagógico escolar deve ser sempre intencional, pois proposta pedagógica e currículo se articulam em torno de um projeto educativo comum, voltado a realidade dos alunos e não só ao acúmulo de conhecimentos, refletindo assim qual proposta social, cultural e política se destina o ensino, que será

caracterizado em um ensino crítico ou uma reprodução das desigualdades sociais e educacionais. (ARROYO, 2012)

REFERENCIAL:

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam L. dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 05.02.2015.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n. 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”** Diário Oficial da União. Brasília/DF, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 05.02.2015.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em abril.2015.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 003/2004, de 10/3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União. Brasília/ DF, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 27.03.2015.

CASTRO, Cristina Gonzaga Candido de Souza e Outras. **ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO PARANÁ: LEGISLAÇÃO, POLITICAS AFIRMATIVAS E FORMAÇÃO DOCENTE.** Disponível em www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1001_958.pdf. Acesso: 11/06/2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Construindo o Plano Municipal de Educação: Uma contribuição para o diálogo.** Curitiba: SME, 2015.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação/Escola Municipal de Curitiba. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO** Curitiba: SME, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, N.L. **Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação.** In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em abril/2015.

LIMA, Carlos A. M.; COSTA, Hilton. **Africanos e Descendentes Escravizados no Brasil.** Disponível em: http://www.cursos.nead.ufpr.br/file.php/1631/youblisher.com-887683-AFRICANOS_E_DESCENDENTES_ESCRAVIZADOS_NO_BRASIL_.pdf. Acesso em abril/2015.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista ABPN, v. 4, n. 8 – jul-out, p. 06-14. RJ: 2012. Disponível: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/358/235>. Acesso em mar/2015.

_____, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos Avançados, v. 18, n. 50 – jan/abr. São Paulo: 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100005> Acesso em abril/2015

_____, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. **Instrução n.º 17 de 20 de dezembro de 2006.** <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006.pdf>. Acesso em 11/06/2015.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Deliberação 04/06**, de 02 de agosto de 2008. Disponível em [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/f690fa627b77372f832571e000624a6c/\\$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30d1d68o30dg_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/f690fa627b77372f832571e000624a6c/$FILE/_18himoqb2clp631u6dsg30d1d68o30dg_.pdf). Acesso em: 11/06/15

PEREIRA, Amílcar A. **Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX.** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300639227_ARQUIVO_MovimentonegronoBrasil-ANPUH2011.pdf. Acesso em abril/2015.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Política Educacional e a Lei 10.639/03: Uma reflexão sobre necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira.** In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius B. (Orgs.). Notas de história e cultura afro-brasileiras. Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007. Pg. 31-41..

SILVA, Paulo Vinicius B. **Educação das relações étnico-raciais no neab-ufpr.** In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius B. (Orgs.). Notas de história e cultura afro-brasileiras. Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007. Pg. 7-29.

SILVA. Petronilha B. G. **.Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras.** In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em junho/2015.

TELLES. Edward E.. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira** Disponível em : <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf> (2012). Acesso 18/6/15

ANEXOS:

ANEXO 1: ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS

- Idade:
- Sexo:
- Formação:
- Tempo de Serviço:
- Atual função:
- Conhece a Lei 10.639/03?
- O que considera sobre a criação da Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.
- Qual sua opinião sobre a relevância social da implantação da Lei 10.639/03 na escola?
- Conhece a Comissão de Educação e Direitos Humanos implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba?
- Se sim, o que conhece dessa Comissão
- Em sua instituição de ensino, houve a construção de um projeto didático para a efetivação da Lei 10.639/03?
- Em sua vivência pedagógica, trabalha o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da África? Com que frequência é explorada?
- Como entende que deve ser trabalhado o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da África em sala de aula?
- Qual a metodologia utilizada para aplicação dos conteúdos relativos ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e da África?
- Possui orientação pedagógica para o trabalho com Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da África? Como e com que frequência ocorre?
- Participou de algum curso de capacitação sobre o tema promovido pela Secretaria Municipal de Educação?
- Já observou algum caso de racismo dentro da escola? Comente.
- Em sua opinião, percebe se ocorre mudança de comportamento dentro da escola em relação ao respeito pela diversidade étnico-racial? Justifique.

ANEXO 2: ENTREVISTA COM DIREÇÃO E/OU COORDENAÇÃO ESCOLAR

- Idade:
- Sexo:
- Formação:
- Tempo de Serviço:
- Atual função:
- Conhece a Lei 10.639/03?
- Você considera relevante a criação da Lei 10.639/03? Justifique sua resposta.
- Qual sua opinião sobre a relevância social da implantação da Lei 10.639/03 na escola?
- Conhece a Comissão de Educação e Direitos Humanos implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba?
- Se sim, o que conhece dessa Comissão?
- Em sua instituição de ensino, houve a construção de um projeto didático para efetivação da Lei 10.639/03?
- Como entende que deve ser trabalhado o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da África em sala de aula?
- Qual a metodologia entende ser mais adequada para aplicação dos conteúdos relativos ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e da África?
- Como se dá a orientação pedagógica para o trabalho com Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da África? Como e com que frequência ocorre?
- Participou de algum curso de capacitação sobre o tema promovido pela Secretaria Municipal de Educação?
- Já observou algum caso de racismo dentro da escola? Comente.
- Em sua opinião, percebe se ocorre mudança de comportamento dentro da escola em relação ao respeito pela diversidade étnico-racial? Justifique.